

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UBIRACI DE SOUZA SANTOS

**A CAFEICULTURA NA REGIÃO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UM ESTUDO ACERCA DAS DIFICULDADES
INERENTES AO PROCESSO PRODUTIVO.**

VITÓRIA DA CONQUISTA

2012

UBIRACI DE SOUZA SANTOS

**A CAFEICULTURA NA REGIÃO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UM ESTUDO ACERCA DAS DIFICULDADES
INERENTES AO PROCESSO PRODUTIVO.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Professor Josias Alves de Jesus.

VITÓRIA DA CONQUISTA
2012

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e aos meus amigos, meus torcedores mais fervorosos, que me incentivaram a enfrentar os desafios desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Após vinte e um anos longe de uma sala de aula (mas convivendo de perto com o sonho do retorno), realizei um desejo pessoal há muito guardado: voltar a estudar. Para alguns, esperei muito. Mas sempre acreditei que Deus havia de me reservar, no seu calendário, o tempo certo para o retorno. Chegado este tempo, senti-me como quem conquista uma grande vitória. Sim, porque para mim em particular era mais que uma simples aprovação no vestibular. Era uma realização. Uma vitória que começava a ser escrita ali, mas que eu teria que sustentar até o fim do curso. Não foi fácil, como muitos sabem. Família, trabalho, estudo, lazer... conciliar tudo isso requer mesmo muito sacrifício e acima de tudo, muita determinação. A certa altura quase desfaleci, sentindo o peso da “carga”. No entanto, a vontade continuou me impulsionando, reabastecendo minhas forças. E nesta luta contra minhas próprias limitações senti-me agraciado com tantas manifestações de apoio e incentivo. Só os mais próximos têm a real dimensão do que foi esta batalha. Minha esposa, meus filhos, minha mãe, meus irmãos, amigos e parentes, todos que testemunharam meu empenho e meu esforço me apoiando e me incentivando ao longo do curso. Foi um apoio valioso, de muita gente. Aí estão também os professores e colegas de jornada, que com companheirismo e amizade dignificaram esta conquista. Enfim, a todos aqueles com os quais fui presenteado no meu convívio. Agora, findo este trecho da viagem, vejo como foi importante cada palavra, cada gesto, cada pensamento, que me foi dedicado. E disso, tiro uma grande lição: ninguém vence sozinho. Dependemos de tantos outros que muitas vezes nem nos damos conta. Diante de tudo isso, creio que agradecer a cada uma dessas pessoas talvez seja pouco. Por isso, ergo meu agradecimento a Deus, e peço a Ele que possa retribuir com bênçãos e luz, para a vida e o caminho, a cada um. E a mim, força, disposição e saúde para honrar com dignidade, o rico legado que me deixam os professores e colegas. A todos vocês que participaram dessa jornada, estendo minha gratidão, meu afeto e carinho através deste humilde OBRIGADO.

RESUMO

Este trabalho buscou, através de uma análise empírica, identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores de café da região de Vitória da Conquista durante o processo de produção. Neste sentido, procurou captar, através da pesquisa, a visão que os produtores tem com relação a estas dificuldades e ao modo de condução da produção. Os resultados revelam que, independentemente do porte dos produtores, as dificuldades fazem parte da rotina de quem produz café na região. Assim, podem incidir em maior ou menor intensidade ao longo das várias etapas do processo de produção. Conforme classifica o estudo, estas dificuldades podem estar associadas a fatores naturais, materiais ou culturais. Dentre as principais dificuldades apontadas pelos produtores, destaca-se: a escassez de mão de obra, a estiagem, a instabilidade dos preços do café no mercado, o custo dos insumos e aquisição de crédito. Com relação ao perfil dos produtores, os dados apontam que cerca 70% são classificados como pequenos, 20% são considerados médios e apenas 10% se enquadram como grandes, dentro dos critérios da pesquisa. Neste sentido, notou-se que as dificuldades enfrentadas tendem a ser vistas de modo distinto por cada categoria de produtor. Outro aspecto notado é que na mesma região são observadas características diferentes em cada zona de produção. Clima, relevo e recursos naturais são alguns dos aspectos nos quais estas zonas divergem. Observou-se também, que a questão cultural exerce grande influência no que diz respeito à forma de condução da produção. O predomínio do cultivo tradicional (mais intensivo em mão de obra do que em tecnologia) na região, sinaliza esta influência. O comportamento econômico dos produtores em relação às escolhas, decisões de investimento e busca de soluções também seguem esta mesma vertente. Assim, a cultura do produtor revela-se como um aspecto primordial, quando se trata de processo de produção. Conclui-se, deste modo, que a produção local é bastante heterogênea, apresentando características e peculiaridades bastante específicas. No cenário Econômico regional, apesar das dificuldades enfrentadas, a produção de café continua sendo uma atividade de tradição e que tem sua influência reconhecida na dinâmica econômica dos municípios que integram a região.

Palavras-chave: cafeicultura, produção, Vitória da Conquista.

ABSTRACT

This study sought, through an empirical analysis, identify the problems faced by coffee growers in the region of Vitoria da Conquista during the production process. In this sense, tried to capture through research, the view that producers have with regard to these difficulties and the driving mode of production. The results show that, whatever the size of the producers, the difficulties are routine for those who produce coffee in the region. Thus, they may relate to a greater or lesser extent during the various stages of production. As called the study, these difficulties may be associated with natural factors, or cultural materials. Among the main difficulties pointed out by producers, stands out: the shortage of labor, drought, instability of coffee prices in the market, the cost of acquisition of inputs and credit. Regarding the profile of the producers, the data show that about 70% are classified as small, 20% are considered medium and only 10% were classified as large, within the search criteria. In this sense, it was noted that the difficulties tend to be viewed differently by each category of producer. Another aspect is noted that the same region are observed different characteristics for each zone of production. Climate, topography and natural resources are some of the ways in which these areas differ. It was also noted that the question in culture has great influence as regards the conduction of production. The dominance of traditional cultivation (more labor intensive than technology) in the region, signals that influence. The economic behavior of producers in relation to choices, investment decisions and finding solutions also follow this same vein. Thus, a culture of producer reveals itself as a primary feature, when it comes to production process. It follows therefore that local production is very heterogeneous, with very specific characteristics and peculiarities. In the scenario Regional Economic despite the difficulties, the coffee production is still an activity that has tradition and its influence recognized in the economic dynamics of the municipalities of the region.

Keywords: coffee, production, Vitória da Conquista.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais importadores do café brasileiro – 2009	28
Gráfico 2 - Exportação de café na Bahia, 1997 a 2009	32
Gráfico 3 – Evolução da produção entre as safras 2004/2005 e 2008/2009 por região	34
Gráfico 4 – Média mensal das temperaturas mínimas e máximas (°C)	48
Gráfico 5 – Média mensal de precipitação (mm)	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de café no Brasil (em toneladas) – 1920 a 1995	21
Tabela 2 - Participação relativa por estado, na produção brasileira de café.	22
Tabela 3 - Ranking de exportações do agronegócio brasileiro por produtos – 2008-2009	23
Tabela 4 - Evolução da produção mundial de café por país 2005-2009 (em mil sacas)	24
Tabela 5 - Exportação mundial de café verde por país 2005-2009 (em mil sacas)	24
Tabela 6 - Desempenho da cafeicultura no Brasil – 1998-2009.	25
Tabela 7 - Consumo de café nos países produtores – 2005-2009	26
Tabela 8 - Desempenho das exportações brasileiras de café verde entre 2008-2009	28
Tabela 9 - Recursos do FUNCAFÉ para a safra 2010-2011	38
Tabela 10 - Tempo de produção dos produtores de café da região	55
Tabela 11 - Classificação dos produtores de café da região pela área plantada (ha)	56
Tabela 12 - Quantidade de covas plantadas por produtor	56
Tabela 13 - Utilização de mão-de-obra por classe de produtor	57
Tabela 14 - Uso dos recursos tecnológicos por classe de produtor	58
Tabela 15 - Evolução do preço do café no mercado comparado com alguns insumos	64
Tabela 16 - Utilização de financiamentos por etapa da produção e porte de produtor	65
Tabela 17 - Financiamentos para a agricultura (produtores e cooperativas), por finalidade	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Efeito gerador de emprego, por milhão de reais, na produção de café	33
Quadro 2 - PIB por município (Região de Vitória da Conquista)	47
Quadro 3 - Classificação multidimensional das dificuldades enfrentadas pelos produtores	60
Quadro 4 - Classificação das principais dificuldades segundo o porte dos produtores	61
Quadro 5 - Gastos com colheita em relação ao custo total de produção, por região	62
Quadro 6 - Soluções coletivas para os problemas enfrentados, segundo os produtores	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIC	Associação Brasileira das Indústrias de café
ASCAMP	Associação dos Cafeicultores do Município de Piatã
ASSOCAFÉ	Associação dos Produtores de Café da Bahia
BACEN	Banco Central do Brasil
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BSCA	Brazil Specialty Coffee Association
CECAFÉ	Conselho dos exportadores de café do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOCAMP	Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores do Município de Piatã
COOPMAC	Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense
CREDIC	Cooperativa de Crédito Rural de Conquista
DHA	Deficiência Hídrica Anual
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EISA	Empresa Interagrícola S/A
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Fundo de Aquisição de Café
FAEB	Federação da Agricultura da Bahia
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PRODECER	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRRC	Plano de Recuperação e Renovação de Cafezais
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL	15
2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CAFÉ NO BRASIL	15
2.2 O CAFÉ NO CENÁRIO ATUAL	21
3 A BAHIA NO CENÁRIO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ	30
3.1 ASPECTOS DA CAFEICULTURA BAIANA	30
3.2 O CAFÉ NA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA	39
3.3 OESTE DA BAHIA: CAFEICULTURA E TECNOLOGIA	41
3.4 A REGIÃO SUL/EXTREMO-SUL: A NOVA FRONTEIRA DO CAFÉ ROBUSTA	43
4 A PRODUÇÃO DE CAFÉ NA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA	46
4.1 A CAFEICULTURA NA DINÂMICA REGIONAL	46
4.2 A PRODUÇÃO DE CAFÉ NA REGIÃO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA	51
4.2.1 Dificuldades enfrentadas na produção	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	

1 INTRODUÇÃO

O cultivo de café no Brasil constitui-se numa das atividades mais dinâmicas e tradicionais da história econômica do país. Da sua chegada no século XVIII aos dias atuais o café descreve uma trajetória marcada por influências em diversas áreas como política, economia, sociedade e cultura, dentre outras. Assim, pela importância conquistada ao longo dos séculos, sobretudo como vetor de impulso da economia, o café ainda suscita interesse em muitos estudiosos, sendo objeto de inúmeras pesquisas.

Na literatura brasileira, o café aparece sob diferentes enfoques: cultural, histórico, econômico, político e sociológico. A própria trajetória histórica da cafeicultura no Brasil está intrinsecamente ligada ao processo de formação do povo brasileiro. Deste modo, o café está presente em diversos estudos dada sua importância, sua contribuição e sua influência na construção e na formação da sociedade brasileira.

Principal produtor mundial e segundo maior mercado consumidor do produto, hoje o Brasil destaca-se no cenário internacional com liderança absoluta, em termos quantitativos, em relação aos demais países produtores. Com uma produção anual média oscilando entre 40 e 50 milhões de sacas, mantém-se como maior exportador mundial respondendo por cerca de um terço das exportações mundiais. As principais regiões produtoras do país estão nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Bahia e Rondônia.

Neste cenário, embora tenha uma participação pouco expressiva em termos quantitativos, a Bahia é reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade dos cafés produzidos no estado. Apresentando quatro grandes regiões produtoras (Oeste, Chapada, Planalto de Conquista e Sul/Extremo Sul), a Bahia destaca-se pela diversidade da sua produção e, principalmente, pela qualidade dos cafés produzidos em algumas dessas regiões. A região de Vitória da Conquista, que integra o chamado Planalto de Conquista, destaca-se como uma das principais produtoras, tendo o município de Barra do Choça como maior produtor da espécie arábica do estado.

Tendo o cultivo iniciado na década de 1970, por ocasião do Plano Nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais (PRRC), a região passou a ter sua economia fortemente impulsionada pela cafeicultura. Durante muito tempo o café permaneceu como eixo principal da economia local. Nos últimos anos, no entanto, o cenário econômico local passou por transformações que ocasionaram numa nova dinâmica, liderada pelo setor de serviços. Neste sentido, a cafeicultura reduziu substancialmente sua participação na economia.

Entretanto, as mudanças no cenário econômico não explicam, por si só, o

esmaecimento da cafeicultura local. Mesmo com a produção sustentando um crescimento estável em termos quantitativos, os produtores da região tem enfrentado muitas dificuldades que tem limitado o desenvolvimento, sobretudo qualitativo. As principais limitações se distribuem entre aspectos materiais (custos, tecnologia, infraestrutura, etc.), naturais (estiagem, escassez de recursos hídricos) e culturais (visão do produtor).

Este cenário de dificuldades e limitações no qual tem vivido a cafeicultura nos últimos anos torna-se, do ponto de vista econômico, um terreno fecundo para estudos e pesquisas. Principalmente, porque o café ainda sustenta uma posição importante dentro da dinâmica econômica dos municípios da região. Do mesmo modo, pressupõe-se uma necessidade eminente de ações que visem o fortalecimento da cadeia produtiva. Assim, entende-se que um importante passo a ser dado nesse sentido seja conhecer melhor sobre a dinâmica da produção local. É sob esta proposição que se assenta a linha motivadora deste estudo.

Tomando como base as características da produção local o que se propõe aqui é investigar os fatores limitantes à produção, que nos últimos anos se constituíram em dificuldades para os produtores locais. Neste sentido, a questão central que se propõe responder é: quais as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores locais durante o processo de produção? O que se espera ao responder a questão proposta é depositar uma parcela de contribuição na esteira do crescimento e do desenvolvimento, não apenas do setor cafeeiro, mas, da economia da região como um todo.

Deste modo, coloca-se como objetivo geral deste trabalho diagnosticar os principais problemas enfrentados pelos produtores de café da região ao longo do processo produtivo. Como objetivos específicos pretende-se: primeiro, compreender a importância do café para a economia brasileira a partir de sua trajetória histórica no país; segundo, discutir a participação do café na economia baiana situando a Bahia no contexto da produção nacional; e, por último, identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores na região de Vitória da Conquista, observando suas causas e efeitos sobre a produção.

Para a pesquisa, o método de abordagem utilizado foi o dedutivo, tendo o estudo de múltiplos casos como o método de procedimento adotado. Para atender ao propósito de conhecer melhor a realidade da cafeicultura regional e discutir os aspectos inerentes ao processo de produção, o principal recurso utilizado foi a aplicação de questionário (anexo a este trabalho). A coleta de informações foi enriquecida por visitas a algumas fazendas, consultas de dados estatísticos e conversas com profissionais ligados ao setor.

Os resultados, embora limitados ao universo da pesquisa, revelam um cenário

bastante heterogêneo na região, porém, sob predomínio do cultivo tradicional. Conforme se observou, entre os produtores pesquisados, as dificuldades e limitações fazem parte do cotidiano. O grande diferencial, no entanto, não está simplesmente no tamanho das propriedades, mas, sobretudo, na forma de enfrentamento dos problemas, onde uns se apóiam no conhecimento e na inovação para superá-los enquanto outros permanecem presos a uma cultura conservadora. Enfim, uma realidade digna de estudos mais específicos e aprofundados.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. Além deste primeiro, com teor introdutório, o segundo capítulo busca descrever o percurso histórico da produção brasileira evidenciando sua evolução e sua importância no plano econômico, bem como traçar um panorama da cafeicultura atual no contexto global. O terceiro capítulo sobrevoa as regiões produtoras do estado destacando o atual estágio da cafeicultura baiana e situando-a no cenário da produção brasileira. No quarto capítulo, uma incursão no território regional coloca em destaque os aspectos mais característicos do processo produtivo local destacando as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores durante o processo de produção.

2 A PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL

2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CAFÉ NO BRASIL

O café surgiu primeiramente na região central da África, porém, sua origem histórica não é determinada com precisão. Os manuscritos mais antigos mencionando a cultura do café datam de 575 d.C., mas sua descoberta é atribuída aos nativos da Abissínia (região central da África onde hoje se situa a Etiópia) há cerca de mil anos. Seu cultivo foi assimilado pela cultura islâmica e o café tornou-se uma bebida apreciável entre os árabes, especialmente no Yêmen, de onde mais tarde viria a se espalhar pelo mundo ocidental. Desde então, sua produção transformou-se em importante fonte de renda para muitos países chegando até os dias atuais onde se firmou como um dos produtos mais consumidos em todo o mundo. (DUTRA NETO, 2009; REVISTA CAFEICULTURA, 2011; MORGADO, 2008).

A propósito desta especiaria, (o café) trata-se de um fruto de tamanho pequeno e forma ovóide em cujo invólucro encontram-se dois grãos justapostos com um sulco longitudinal em sua parte convexa. É extraído do cafeeiro, um arbusto de médio porte em que os galhos se distribuem ao longo de um tronco central de modo que sua forma sugere um grande "cone". Como o nome de sua família indica (Rubiáceas), uma de suas características está na tonalidade avermelhada dos frutos, que quando maduros assemelham-se a rubis. As duas espécies mais conhecidas e cultivadas no Brasil são: *Coffea arabica* (café arábica) e *Coffea canephora*, (café conilon ou robusta).

Conforme relata Morgado (2008), as primeiras mudas de café chegaram ao Brasil por volta de 1727 na região norte, por intermédio do sargento-mor Francisco de Mello Palheta. Ele trouxe algumas mudas da Guiana Francesa até Belém a pedido do então governador do Maranhão João da Maia da Gama. À época, o café era um produto valorizado no mercado internacional e por isso despertou o interesse em cultivá-lo no Brasil. Logo, algumas mudas foram plantadas em áreas de Belém e não demorou muito para ter seu cultivo disseminado. Cinco anos mais tarde, em 1732, registrava-se a primeira exportação brasileira de café: 7 libras¹ enviadas para Lisboa.

Devido às condições climáticas e de solo favoráveis em terras brasileiras o cultivo de café se espalhou rapidamente por vários estados. A trajetória da produção passa inicialmente pelas regiões Norte e Nordeste, percorrendo o litoral até chegar ao Sudeste do país. Mas é

¹ A Libra é uma unidade de medida instituída na Inglaterra no século XVIII e que é usada ainda hoje em alguns países. Corresponde, em medida da época, a 0,453 Kg.

somente nos fins do século XVIII que o café começa a ser produzido em escala comercial, nos arredores do Rio de Janeiro. Embora em princípio a produção estivesse voltada para atender o mercado interno, o café aos poucos elevou sua importância passando de simples produto de consumo para produto-base da economia brasileira. (BACHA, 2004).

Entre as décadas de 1820 e 1830 o café já havia atingido um patamar elevado na pauta de exportações brasileira. Com percentual de 18% do total exportado, o café era superado apenas pelo açúcar e o algodão. No decorrer do século XIX a produção elevou-se de forma significativa, favorecida por fatores exógenos, como: o colapso da produção no Haiti (principal produtor) e na ilha de Java; a estabilização do comércio internacional depois das guerras napoleônicas, e; a expansão da demanda nos mercados europeu e americano. (DUTRA NETO, 2009).

No mesmo período, fatores endógenos também favoreceram a expansão do plantio: o declínio das culturas do algodão e do açúcar, superadas pela produção das Antilhas e dos Estados Unidos; a necessidade de encontrar um produto substituto para estas culturas, e; a decadência da atividade mineradora, que liberou mão-de-obra e recursos financeiros na região centro-sul (principalmente Minas Gerais e Rio de Janeiro). A conjunção desses fatores (internos e externos) favoreceu a rápida expansão da cafeicultura brasileira que mais tarde viria a ostentar uma posição destacada no cenário mundial. (FURTADO, 2009).

Essa atmosfera positiva contribuiu para que a produção se expandisse por várias regiões do Brasil. Já na década de 1850 o café assumiu o posto de principal produto de exportação do país com cerca de 70% do total exportado, elevando o Brasil à condição de maior produtor mundial. No período entre 1850 e 1900 a produção cresceu fortemente elevando-se de 2,6 para 7,2 milhões de sacas. Tal crescimento colocou a produção de café no centro da dinâmica capitalista no Brasil. (TAUNAY, 1939 *apud* DELFIM NETTO, 1979).

Até a chamada República Velha (1889-1930), a economia brasileira dependia quase exclusivamente do bom desempenho das exportações. O café era o produto-base da balança comercial e por isso as condições do mercado internacional tinham grande influência no desempenho da economia interna. Entretanto o Brasil não detinha o controle absoluto desse mercado, apesar de ser o principal produtor mundial. Isso significa dizer que não bastava produzir muito para que a economia alcançasse um desempenho satisfatório. Era preciso uma conjunção de fatores, sobretudo externos, que possibilitasse tal condição. Deste modo, a conjuntura externa como um todo (demanda, oferta, cotação do produto, câmbio, estoques), deveria favorecer. (DELFIM NETTO, 1979).

Delfim Netto (1979), explica que a demanda dependia das oscilações no crescimento

da economia mundial, aumentando em momentos de prosperidade econômica e retraindo-se quando os países ocidentais (especialmente EUA e Inglaterra) entravam em crise ou em guerra. Assim, as crises internacionais impactavam diretamente nas exportações brasileiras de café, comprometendo o desempenho da economia. Isso porque praticamente todas as outras atividades dentro do país dependiam direta ou indiretamente do desempenho do setor exportador cafeeiro.

A oferta por sua vez, dependia em muito da produção interna, já que o Brasil era o maior produtor mundial. Nas primeiras décadas do século XX, a produção brasileira cresceu desmesuradamente. O país chegou a produzir acima do consumo mundial obrigando o governo a intervir no mercado, estocando e queimando café. Neste período, as crises externas sucederam-se em função tanto de oscilações na demanda (crises internacionais), como em decorrência da superprodução brasileira. (DELFIN NETTO, 1979).

Em 1930, estes dois elementos se conjugaram. A produção nacional era enorme e a economia mundial entrou numa das maiores crises de sua história. A depressão no mercado internacional de café logo se fez sentir e os preços vieram abaixo. Isto obrigou o governo a intervir fortemente, comprando e estocando café e desvalorizando o câmbio com o objetivo de proteger o setor cafeeiro e ao mesmo tempo sustentar o nível de emprego, de renda e de demanda. Porém, ficava claro que a situação da economia brasileira, dependente das exportações de um único produto agrícola, era insustentável. (DELFIN NETTO, 1979).

A crise dos anos 1930 foi um momento de ruptura no desenvolvimento econômico brasileiro. A fragilização do modelo agrário-exportador alimentou a idéia acerca da necessidade de fomentar a indústria como forma de superar os constrangimentos externos e o subdesenvolvimento. Com isso, o projeto de industrialização passou a ser meta prioritária da política econômica. Este objetivo, porém, envolvia grandes esforços em termos de geração de poupança e sua transferência para a atividade industrial. Isto só seria possível com uma grande alteração política que rompesse com o Estado oligárquico (FURTADO, 2009).

Essa reestruturação passava necessariamente por uma ação de desconcentração da economia do eixo Sul-Sudeste e que centralizasse o poder e os instrumentos de política econômica no Governo Federal. Silva (1976) pressupõe que este tenha sido o papel desempenhado pela Revolução de 1930. Segundo ele, deve-se a isto o fortalecimento do Estado Nacional e a ascensão de novas classes econômicas ao poder, que permitiu colocar a industrialização como meta prioritária, como um projeto nacional de desenvolvimento.

Ao estudar o processo de industrialização no Brasil, Silva (1976) assinala que "é na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se

encontra a maior parte da indústria nascente brasileira". Sua análise pressupõe como um elemento influente nesse processo a questão da mão-de-obra. Com o fim do regime escravista num período em que a produção cafeeira estava em franca expansão a alternativa encontrada foi atrair imigrantes estrangeiros para suprir as demandas do setor agrícola. (SILVA, 1976).

Para este autor, o fluxo migratório vindo principalmente da Europa e do Japão, além de suprir esta demanda por mão-de-obra, impulsionou a economia criando mercado consumidor e estimulou o desenvolvimento dos grandes centros urbanos. Nesta linha, ressalta que o processo de imigração foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Foi graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem européia que o mercado de trabalho formou-se e se desenvolveu no Brasil até a década de 1920. E, nesse mercado de trabalho formado pelos trabalhadores imigrados, se abasteceram não somente os fazendeiros de café, mas também os primeiros industriais brasileiros. (SILVA, 1976. p.44).

Durante três quartos de século, a maior parte da riqueza gerada no país se concentrou na agricultura cafeeira. O Brasil dominava 70% da produção mundial e tal posição lhe permitia interferir nas regras do mercado. Nessa época os fazendeiros de café se tornaram a elite social e política formando uma das últimas aristocracias brasileiras. A opulência dos plantadores de café permitiu a construção dos grandes e bonitos casarões nas fazendas e de mansões na cidade de São Paulo. A riqueza gerada pelo café ensejou ainda o surgimento de bancos, ferrovias, bondes, indústrias e o desenvolvimento do comércio. (SILVA, 1976).

A região entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais consolidou-se como o eixo principal do desenvolvimento econômico brasileiro desde a segunda metade do século XIX até a década de 1920. A forte presença do capital cafeeiro nessa região promoveu, além da alta concentração de capital, a consolidação de um modelo político fortemente influenciado pela aristocracia cafeeira. No entanto, a junção entre capital cafeeiro excedente e políticas de incentivo a indústria desencadearam o processo de industrialização que inaugurou uma nova fase na economia do Brasil. (SILVA, 1976).

Mas apesar de sua hegemonia histórica, o café também viveu momentos difíceis. Um dos quais nos fins do século XIX, por conta da superprodução brasileira que excedeu a demanda mundial e empurrou os preços para baixo no mercado internacional. O *crash* da bolsa de Nova York em 1929, que reduziu a demanda mundial, também trouxe sérias dificuldades. Em ambos os casos o governo brasileiro interveio na tentativa de proteger a economia. No primeiro, foi assinado em 1906 o chamado "Convênio de Taubaté" que

estabelecia a compra de estoques excedentes por parte do governo visando regular o preço no mercado. No segundo, o governo brasileiro queimou milhões de sacas estocadas no porto de Santos na tentativa de minimizar os efeitos da crise externa.

Sobre este fato, Delfin Netto (1979) assinala que,

A operação de queima foi muito criticada, mas é preciso considerar-se que até hoje não se conseguiu imaginar uma política que a substituísse com probabilidade de bom êxito. De fato, a queima do café significava, em parte, a forma pela qual o desperdício generalizado de fatores, produzido pela crise mundial em todos os países, se apresentava no Brasil. (DELFIN NETTO, 1979, p.104).

As exportações, que haviam alcançado a cifra de US\$ 445 milhões em 1929, reduziram a US\$ 180 milhões em 1930. De acordo com a Bolsa de Café de Santos, a cotação da saca de 60 Kg no mercado internacional (200 mil-réis em agosto de 1929) caíra quase 90%, chegando a 21 mil-réis, em janeiro de 1930. Nas regiões produtoras, concentradas no interior paulista e no Paraná, muitos fazendeiros também queimaram o café colhido. (REVISTA CAFEICULTURA, 2011).

Todos os elos envolvidos na cadeia de produção do café brasileiro, como fazendeiros, comerciantes, banqueiros e trabalhadores rurais (a maioria imigrantes), foram atingidos pela crise. Muitos produtores foram à decadência. O desemprego no campo desencadeou um processo migratório rumo aos grandes centros, em especial para São Paulo, onde o aumento populacional ampliou os problemas sociais. Conforme se poderia constatar posteriormente, o que acontecia naquele momento era apenas o início de um profundo processo de mudanças que se prolongaria até o fim dos anos 1930, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Furtado (2009) observa que essa conjuntura provocou o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira. Com o modelo agro-exportador em declínio, principalmente devido à forte dependência das exportações de café, o capital excedente acumulado começa a ser canalizado para as vias da indústria que tem seu foco apontado mais para o mercado interno.

Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas pelos seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação. (FURTADO, 2009, p.278)

Essas transformações marcariam para sempre a economia nacional e internacional. Com o fim do ciclo da economia cafeeira um novo cenário econômico se abriu e com isso o centro das atenções passou a ser o mercado interno. Ademais, a era Vargas inaugurava uma

nova fase do desenvolvimento do Brasil onde a participação do governo na economia ganhava um peso ainda maior. Toda essa conjuntura acabou, de forma gradativa, reduzindo a participação do setor agrícola no PIB (Produto Interno Bruto). Assim, a rápida ascensão do setor industrial passou a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda. Esse período marca o fim da hegemonia cafeeira no Brasil. (FURTADO, 2009).

Nesse contexto, cabe ressaltar a diversificação produtiva pela qual passou a economia brasileira. O período entre 1930 e 1945 marcou a fase de transição na agropecuária do país, antes centrada na cafeicultura. Com o advento da industrialização novas atividades se desenvolveram rompendo com o padrão primário-exportador. No setor agrícola, a queda dos preços do café ensejou o aumento da produção de outros produtos, como o algodão, a cana-de-açúcar e o cacau, além de produtos alimentícios. Esta conjuntura também teve influência do cenário externo em função das alterações na dinâmica mundial, sobretudo por conta de dois fenômenos principais: a grande depressão e a segunda guerra mundial. (BACHA, 2004).

Nos anos 1950 a participação relativa do café na economia brasileira continuou decrescendo gradativamente, graças à conjuntura desfavorável para o setor. A crise mundial de 1957 que reduziu as importações mundiais do produto, bem como o aumento da concorrência internacional, foram alguns dos aspectos que marcaram o período. A estratégia utilizada pelo governo para minimizar a situação foi estimular a produção do café solúvel nacional. Deste modo, atacou em dois flancos: arrefecer os efeitos da crise e promover o aproveitamento dos estoques excedentes. (SAES E NAKAZONE, 2002).

Os resultados, no entanto, não foram muito significativos. No início dos anos 1970, aproveitando a valorização do café no mercado internacional, o governo brasileiro lançou o Plano Nacional de Recuperação e Renovação de Cafezais (PRRC), sob a gerência do IBC. O objetivo era reestruturar o sistema produtivo e ampliar as áreas de cultivo no país. Nesse propósito, lançou mão de medidas como apoio financeiro e suporte técnico visando fomentar o desenvolvimento da produção. Além disso, manteve o propósito de estimular o consumo interno. (SILVA, 1976).

Na verdade, o PRRC alinhava-se com a política agrícola adotada neste período e que visava consolidar o processo de modernização da agricultura brasileira. Para alcançar os objetivos dessa política o governo viabilizou o acesso ao crédito como estratégia principal de fomento ao desenvolvimento do setor. Com isso, almejava aquecer o mercado de insumos e estimular as atividades do setor agroindustrial. Esta postura refletiu, de certo modo, a visão

acerca do novo padrão agrícola que emergiu a partir da chamada “revolução verde²”. (KAGEYAMA, 1990).

A tabela 2 permite acompanhar a evolução da produção brasileira entre os anos de 1920 e 1995, tomando por base a quantidade produzida (em toneladas).

Tabela 1 - Produção de café no Brasil (em toneladas) – 1920 a 1995

Ano	Produção de Café verde (t)
1920	788.488
1940	1.201.186
1950	1.952.774
1960	4.069.493
1970	1.140.510
1975	2.502.219
1980	2.117.351
1985	3.700.004
1995	2.838.165

Fonte: IBGE (2010)

No período considerado observa-se que a produção evoluiu de forma positiva em termos quantitativos, porém, isso não se deu de forma homogênea. Entre os anos de 1950 e 1970, por exemplo, registra-se uma variação brusca na produção, quando o aumento chegou a 208,4% entre 1950/1960, reduzindo em 356,8% entre 1960/1970. Nesse período, vale destacar que o desempenho da produção nos anos de 1960 e 1985, quando o país alcançou os níveis mais elevados em termos de quantidade produzida. Já entre o início e o fim do período analisado o aumento ficou em 260%.

2.2 O CAFÉ NO CENÁRIO ATUAL

Atualmente, apesar da discreta participação na pauta de exportações do país, o café ainda se constitui numa atividade dinâmica e rentável. Nos últimos anos o café tem sido produzido em vários estados, passando inclusive a ser cultivado em regiões de cerrado como o Planalto central e Oeste da Bahia. Dentre os principais estados produtores estão: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia. Juntos estes estados respondem por 98% da produção brasileira. Os 2% restantes estão dispersos em outros estados.

² Processo de modernização da agricultura iniciado na década de 1960 na Europa e EUA.

A tabela 2 mostra a distribuição da produção por estado e a participação relativa destes na produção nacional.

Tabela 2 – Participação relativa por estado, na produção brasileira de café (2009).

ESTADO	PARTICIPAÇÃO (%)
Minas Gerais	50,1
Espírito Santo	23,3
São Paulo	10,4
Paraná	5,2
Bahia	5,0
Rondônia	3,8
Outros	2,2

Fonte: CONAB (2009) /tabulação feita pelo autor

Minas Gerais lidera o ranking nacional da produção com ampla vantagem sobre os demais estados. Maior produtor da espécie arábica no país, o estado já responde por metade da produção brasileira de café. O Espírito Santo, onde predomina a espécie robusta, aparece em segundo lugar com 23,3% de participação. Juntos estes dois estados representam cerca de três quartos da produção nacional. São Paulo e Paraná, grandes produtores de café arábica, que já lideraram a produção brasileira, hoje ocupam a terceira e a quarta posição respectivamente. A Bahia é o quinto colocado com 5% de participação. (CONAB, 2009).

Os dados da tabela 2, porém, não revelam as mudanças que ocorreram no cenário da produção brasileira nas últimas décadas. O estado de Minas Gerais, por exemplo, cuja participação relativa na produção nacional em 1987 representava pouco mais de um terço, registrou um aumento considerável, chegando a atingir metade do total produzido no país em 2009. Nesse período, o estado favoreceu-se do fortalecimento do setor que, dentre outros aspectos, intensificou o uso de tecnologias modernizando o processo produtivo e melhorando os níveis de produtividade.

Com uma pauta bastante diversificada, o Brasil se consolida a cada ano como um dos grandes agentes do agronegócio mundial. Hoje, com uma participação expressiva na pauta de exportações, superando inclusive a indústria, o setor se constitui num importante fator de dinamização da economia e um dos grandes responsáveis pela geração de superávit na balança comercial. Neste cenário, o café ainda defende sua importância, apesar de ter reduzido sua participação relativa na economia do país nas últimas décadas. (SAES E NAKAZONE, 2002).

A tabela 3 traz a pauta de exportações do setor evidenciando a variação observada no período 2008-2009.

Tabela 3 - Ranking de exportações do agronegócio brasileiro por produtos – 2008-2009.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	2009			2008			var. % (A/B)
	US\$ mil (A)	Part. %	Peso (t)	US\$ mil (B)	Part. %	Peso (t)	
Complexo soja	17.239.708	26,6%	42.394.703	17.980.184	25,0%	39.098.238	-4,12%
Carnes	11.787.227	18,2%	5.791.133	14.545.484	20,3%	5.911.064	-18,96%
Complexo sucroalcooleiro	9.715.971	15,0%	26.940.797	7.873.074	11,0%	23.567.415	23,41%
Produtos florestais	7.222.872	11,2%	14.080.248	9.326.149	13,0%	14.177.818	-22,55%
Café	4.278.894	6,6%	1.715.205	4.762.485	6,6%	1.643.894	-10,15%
Fumo e seus produtos	3.046.032	4,7%	674.731	2.752.032	3,8%	691.608	10,68%
Couro e produtos de couro	2.041.066	3,2%	356.631	3.140.208	4,4%	358.500	-35,00%
Cereais, farinhas e preparações	1.818.559	2,8%	8.985.333	2.206.966	3,1%	7.823.781	-17,60%
Sucos de fruta	1.751.828	2,7%	2.148.448	2.151.783	3,0%	2.154.915	-18,59%
Fibras e produtos textéis	1.260.340	1,9%	679.216	1.587.384	2,2%	763.640	-20,60%
Frutas (inclui nozes e castanhas)	871.153	1,3%	885.987	1.033.135	1,4%	1.001.445	-15,68%
Demais produtos	3.721.981	5,7%	3.127.561	4.447.583	6,2%	2.848.862	-16,31%
TOTAL	64.755.631	100%	107.779.993	71.806.467	100%	100.041.180	-9,82%

Fonte: MAPA (2010)

A soja e seus subprodutos lideram o ranking de exportações do agronegócio brasileiro sendo, em 2009, responsável por 26,6% do total exportado pelo setor. Em seguida estão: carnes (18,2%), complexo sucroalcooleiro (15%), produtos florestais (11,2%) e o café (com 6,6%). Dentre os produtos com maior variação no período analisado estão o couro e seus subprodutos, que reduziu em 35% sua participação; os produtos florestais com -22,55%; e carnes, que teve redução de 18%. O café manteve-se no mesmo nível de participação.

Com relação às exportações mundiais do produto a participação brasileira no total exportado ultrapassa a casa dos 30%. Tal posição reflete uma hegemonia que se justifica pelos esforços empreendidos tanto pelo setor produtivo quanto pela ação governamental em diversos momentos ao longo da história do café no Brasil. Assim, o Brasil tem reconhecida sua liderança no mercado de um produto de grande importância no mercado internacional e que em termos de valor é superado apenas do petróleo.

Embora o Brasil ainda sustente sua posição de maior produtor mundial de cafés, nas últimas décadas a produção em outros países tem se ampliado, aumentando a concorrência com o café brasileiro. O Destaque tem sido o Vietnã, que aumentou consideravelmente sua produção, e a Colômbia, que tem se destacado na produção de cafés especiais. A Indonésia também tem apresentado bom desempenho produtivo, sendo o terceiro maior produtor mundial da espécie robusta.

As tabelas 4 e 5 exibem os dados da evolução da produção e das exportações mundiais no período compreendido entre 2005 e 2009.

Tabela 4 - Evolução da produção mundial de café por país 2005-2009 (em mil sacas)

Países	2009		2008		2007		2006		2005	
	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)
Brasil	39.470	31,90	45.992	35,88	36.070	30,21	42.512	32,92	32.944	29,84
Vietnam	18.000	14,55	18.500	14,43	16.467	13,79	19.340	14,98	13.542	12,26
Colômbia	9.500	7,68	8.664	6,76	12.504	10,47	12.541	9,71	12.564	11,38
Indonésia	9.350	7,56	9.350	7,29	7.777	6,51	7.483	5,79	9.159	8,29
Etiópia	4.850	3,92	4.350	3,39	4.906	4,11	4.636	3,59	4.003	3,63
Índia	4.827	3,90	4.372	3,41	4.460	3,74	5.159	3,99	4.396	3,98
México	4.500	3,64	4.651	3,63	4.150	3,48	4.200	3,25	4.225	3,83
Guatemala	4.100	3,31	3.785	2,95	4.100	3,43	3.950	3,06	3.676	3,33
Peru	4.000	3,23	3.872	3,02	3.063	2,57	4.319	3,34	2.489	2,25
Honduras	3.750	3,03	3.450	2,69	3.842	3,22	3.461	2,68	3.204	2,90
Costa do Marfim	1.850	1,50	2.353	1,84	2.598	2,18	2.847	2,20	1.962	1,78
Nicarágua	1.700	1,37	1.615	1,26	1.700	1,42	1.300	1,01	1.718	1,56
El Salvador	1.500	1,21	1.547	1,21	1.621	1,36	1.371	1,06	1.502	1,36
Outros países	16.316	13,19	15.680	12,23	16.138	13,52	16.019	12,40	15.033	13,61
TOTAL	123.713	100	128.181	100	119.396	100	129.138	100	110.417	100

Fonte: MAPA/CONAB (2009)

Tabela 5 - Exportação mundial de café verde por país 2005-2009 (em mil sacas)

Países	2009		2008		2007		2006		2005	
	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)
Brasil	30.481	32,09	29.728	30,51	28.398	29,41	27.978	30,32	26.431	30,17
Vietnam	15.000	15,79	16.101	16,52	17.936	18,57	13.904	15,07	13.432	15,33
Colômbia	10.200	10,74	8.696	8,92	11.557	11,97	10.936	11,85	10.871	12,41
Indonésia	4.250	4,47	4.250	4,36	2.945	3,05	4.117	4,46	5.784	6,60
Etiópia	4.300	4,53	4.300	4,41	3.073	3,18	2.803	3,04	2.170	2,48
Índia	3.453	3,63	3.453	3,54	2.718	2,81	3.742	4,06	3.059	3,49
México	2.300	2,42	2.300	2,36	1.950	2,02	2.200	2,38	2.500	2,85
Guatemala	3.600	3,79	3.600	3,69	3.800	3,93	3.650	3,96	3.376	3,85
Peru	4.340	4,57	4.340	4,45	2.843	2,94	4.099	4,44	2.269	2,59
Honduras	3.373	3,55	3.373	3,46	3.382	3,50	3.231	3,50	2.974	3,39
Costa do Marfim	2.183	2,30	2.183	2,24	1.833	1,90	2.531	2,74	1.645	1,88
Nicarágua	1.410	1,48	1.410	1,45	1.510	1,56	1.110	1,20	1.528	1,74
El Salvador	1.218	1,28	1.218	1,25	1.396	1,45	1.149	1,25	1.299	1,48
Outros países	8.892	9,36	12.493	12,82	13.232	13,70	10.829	11,74	10.269	11,72
TOTAL	95.000	100	97.445	100	96.573	100	92.279	100	87.607	100

Fonte: MAPA/CONAB (2009)

No período, o Brasil mantém em ritmo estável, tanto a liderança da produção quanto das exportações mundiais de café. Com ampla vantagem em relação aos demais países produtores, responde por cerca de 30% da produção mundial sendo que nas exportações situa-se no mesmo patamar. Em 2009 o país colheu cerca de 39 milhões de sacas (60 Kg) registrando um aumento na ordem de 9% em relação ao ano de 2007. O estudo revela ainda que no mesmo período, apesar do aumento no percentual colhido, a área plantada reduziu 3,5%. A explicação para essa inversão está principalmente nos ganhos de produtividade alcançados pelo uso de tecnologias no processo produtivo. (CONAB, 2009).

Embora o café seja produzido e comercializado em escala mundial sua importância

não se restringe ao aspecto da comercialização, de simples produto de troca. Nos países produtores o café movimentou cifras vultosas e emprega milhões de pessoas ao longo de toda a sua cadeia produtiva. Isso, sem contar os efeitos indiretos que se verificam na economia destes países como um todo. Deste modo, a cafeicultura constitui-se numa atividade dinâmica e, por isso, geradora de efeitos multidimensionais. Neste sentido, o desempenho do setor tem influência significativa na dinâmica do crescimento econômico. (DUTRA NETO, 2009).

A tabela 6 traz o panorama evolutivo (em números) da cafeicultura no Brasil entre os anos de 1998 e 2009. Os dados possibilitam acompanhar a evolução do setor a partir dos indicadores mostrados.

Tabela 6 - Desempenho da cafeicultura no Brasil – 1998-2009.

INDICADORES	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1 Produção - milhões/scs	34,0	27,2	31,1	31,3	48,5	28,8	39,3	32,9	42,5	36,1	46,0	39,5
1.1 Área em produção - milhões/há	2,4	1,9	2,0	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1
1.2 Produtividade - sc/há	14,4	14,5	15,7	14,4	21,0	13,1	17,8	14,9	19,8	16,6	21,2	18,9
2 Exportação - verde, solúvel e torrado	18,2	23,1	18,1	23,3	28,4	25,7	26,7	26,4	28,0	28,4	29,7	30,5
2.1 Quantidade - milhões/sc	2,6	2,4	1,8	1,4	1,4	1,5	2,0	2,9	3,4	3,9	4,8	4,3
2.2 Valor - bilhões/US\$												
2.3 Preço médio - US\$/sc												
3 Consumo interno de café T&M e solúvel - milhões/sc	12,2	12,7	13,2	13,6	14,0	13,7	14,9	15,5	16,3	17,1	17,7	18,5
3.1 Consumo per capita - Kg/habitante ano	4,5	4,7	4,8	4,9	4,8	4,7	5,0	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8
4 Estoque do Funcafé - milhões/sc	9,4	7,6	6,1	5,6	5,4	5,1	4,3	3,2	1,9	0,7	0,5	0,5
5 Orçamento aprovado Funcafé - R\$ milhões	596	688	746	898	824	550	1226	1282	1680	2147	2561	2844
5.1 Financiamentos	384	496	718	855	693	524	1201	1249	1579	2026	2441	2673
5.2 Publicidade e promoção dos Cafés do Brasil	2,0	4,0	4,0	8,0	1,6	3,5	5,0	8,4	5,6	13,0	13,0	15,0
5.3 Pesquisa Cafeeira	15,3	14,0	16,0	16,0	5,1	8,0	8,0	12,0	7,5	12,0	12,0	15,3
6 Participação das exportações brasileiras em relação às exportações mundiais (em sc) (%)	22,7	26,9	20,3	25,8	32,0	29,9	29,3	30,2	30,3	29,4	30,5	32,1
7 Participação do café nas exportações do agronegócio (em US\$) (%)	12,0	11,9	8,6	5,9	5,5	5,0	5,2	6,6	6,8	6,6	6,6	6,6
8 Preços do café tipo 6, bebida dura, recebidos pelos produtores, base CEPEA/ESALQ (R\$/sc)	164,03	183,28	163,81	117,97	129,88	173,84	217,27	281,13	250,33	252,43	260,37	263,2

Fonte: CONAB/MDIC/BM&F (2010)

Os dados da tabela revelam que no período analisado a produção elevou-se de 34 milhões de sacas em 1998 para 39,5 milhões em 2009, registrando um aumento de 16,17%. Nesse intermédio, os níveis de produção mais elevados foram registrados nos anos de 2002, quando a produção chegou a 48,5 milhões de sacas; 2006 com 42,5 milhões, e; 2008 com 46 milhões. Já o nível mais baixo foi registrado em 1999, quando foram produzidos 27,1 milhões de sacas. A área plantada encolheu, reduzindo de 2,4 para 2,1 milhões de hectares. Porém, a produtividade aumentou, passando de 14,4 sacas por hectare em 1998 para 18,9 em 2009. Tal fato se deve principalmente ao incremento do uso de tecnologias no processo produtivo, que nos últimos anos tornou-se mais intenso.

Nessa perspectiva, outro aspecto que também se observa é o consumo doméstico, que no período analisado elevou-se de 12,2 milhões para 18,5 milhões de sacas. Dentre os países produtores de café o Brasil figura como principal consumidor do produto, ocupando a primeira colocação no ranking mundial. Os dados relativos ao consumo interno nos países produtores ilustram bem essa idéia.

Tabela 7 - Consumo de café nos países produtores – 2005 a 2009

CONSUMO INTERNO										
PAÍSES	2009		2008		2007		2006		2005	
	Consumo	Part. %	Consumo	Part. %	Consumo	Part. %	Consumo	Part. %	Consumo	Part. %
Brasil	18.500	52,86%	17.660	48,12%	17.125	48,42%	16.331	48,75%	15.538	48,79%
Vietnam	1.083	3,09%	1.083	2,95%	1.000	2,83%	917	2,74%	500	1,57%
Colômbia	1.250	3,57%	1.050	2,85%	1.400	3,96%	1.400	4,18%	1.400	4,40%
Indonésia	3.333	9,52%	3.333	9,08%	3.206	9,07%	2.750	6,21%	2.375	7,46%
Etiópia	1.833	5,24%	1.833	4,99%	1.833	5,18%	1.833	5,47%	1.833	5,76%
Índia	1.430	4,09%	1.430	3,90%	1.360	3,85%	1.337	3,99%	1.272	3,99%
México	2.200	6,29%	2.200	5,99%	2.050	5,80%	1.794	5,36%	1.556	4,89%
Guatemala	300	0,86%	300	0,82%	300	0,85%	300	0,90%	300	0,94%
Peru	110	0,31%	110	0,30%	110	0,31%	150	0,45%	150	0,47%
Honduras	460	1,31%	460	1,25%	460	1,30%	230	0,69%	230	0,72%
C. do Marfim	317	0,91%	317	0,86%	317	0,90%	317	0,95%	317	1,00%
Nicarágua	190	0,54%	190	0,52%	190	0,54%	190	0,57%	190	0,60%
El Salvador	230	0,66%	230	0,63%	230	0,65%	222	0,66%	203	0,64%
Outros países	3.764	10,75%	6.507	17,73%	5.784	16,35%	5.729	17,10%	5.982	18,78%
TOTAL	35.000	100%	36.703	100%	35.365	100%	33.500	100%	31.846	100%

Fonte: ABIC (2011)

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Café (ABIC), em 2009 o consumo no Brasil cresceu na ordem de 4,15% chegando a 18,39 milhões de sacas. Por se tratar de um hábito peculiar da cultura do brasileiro, o consumo interno coloca o país entre os principais consumidores mundiais de café. Atualmente, com um consumo entre 18 e 20 milhões de sacas/ano, o Brasil ocupa a segunda colocação no ranking dos principais consumidores mundiais perdendo apenas para os Estados Unidos, cujo consumo chega a 22 milhões de sacas/ano. Cabe salientar, no entanto, que o café consumido no Brasil tem qualidade e preço inferiores aos que são comercializados no mercado externo. (ABIC, 2011).

Esta dinâmica interna que envolve o percurso do café do plantio à xícara do consumidor produz um efeito multiplicador que se desdobra ao longo de toda sua cadeia produtiva. Nisso, percebe-se a importância da interação que se estabelece entre o setor cafeeiro e outros segmentos. Esta concepção exalta a dinamicidade que a produção de café

exprime em todas as suas fases. Neste sentido, pressupõe-se que os efeitos desse processo podem ser mensurados em dimensões distintas: econômica, social, cultural, financeira e tecnológica.

A dimensão econômica tem como elementos principais a geração de emprego e renda, o contingente de recursos destinados ao setor via crédito e o fluxo de divisas que entram no país via exportações. Socialmente nem é possível mensurar todos os efeitos, entretanto, alguns não escapam à mais simples análise. É o caso da relação emprego-renda-consumo que produz efeitos diversos como os benefícios sociais do trabalho assalariado (direitos e garantias legais), o acesso a bens e serviços públicos e a inclusão social. Sobre este aspecto, Dutra Neto (2009) enfatiza que

Socialmente é muito importante para os países produtores, uma vez que mais de 25 milhões de pessoas vivem diretamente dessa cultura, e outros milhões vivem indiretamente, tornando-a, assim, uma cultura geradora de emprego e renda na economia mundial. (DUTRA NETO, 2009, p.46).

O aspecto cultural também é observável. Da inserção no contexto histórico do país desde que se iniciou o cultivo às tradições surgidas e influências herdadas, o café hoje se faz reconhecer como elemento representativo do simbolismo verde-amarelo. Assim, a tradição do cafezinho transcende os limites do prazer cultuado por gerações alcançando a alça do consumo interno, que impulsiona a produção.

A dimensão financeira assim como a tecnológica acompanham a evolução dos mercados. Deste modo, podem ser mensuradas a partir dos ciclos produtivos, da conjuntura dos mercados (interno e externo), da realidade econômica global e das necessidades de inovação e de adequação às novas exigências impostas pelas mudanças de cenário. Assim, segue a lógica da economia global, sua dinâmica e seus efeitos.

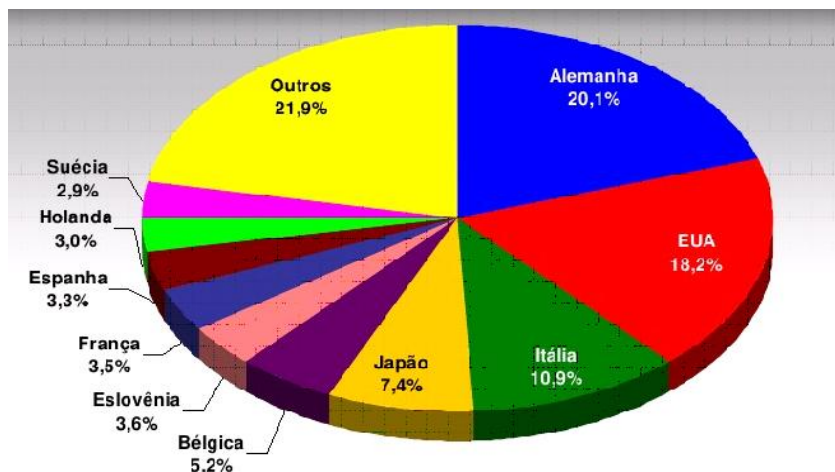
Embora os efeitos da produção de café no Brasil possam ser percebidos e analisados sob diferentes dimensões, torna-se premente observar que há uma interconexão implícita entre elas. Ao mesmo tempo em que os ganhos (ou perdas) se verificam ao longo da cadeia produtiva os efeitos desses resultados tendem a se propagar, num plano multidimensional, de forma heterogênea e desigual. Já em relação à apropriação da renda, o produtor tende a ficar com a menor parte, cabendo ao setor agroindustrial a parcela maior, já que este consegue agregar valor ao produto. (SILVA, 1998).

Com relação ao mercado mundial, os Estados Unidos que durante muitos anos foi o maior comprador de café do Brasil, recentemente foi superado pela Alemanha. Estes dois países lideram a lista de importadores do café brasileiro no exterior se alternando entre as

duas primeiras posições no ranking mundial. Apesar de não produzirem café estes dois países conseguem se apropriar da maior parte da renda gerada ao longo da cadeia produtiva.

Gráfico 1

PRINCIPAIS IMPORTADORES DO CAFÉ BRASILEIRO - 2009



Fonte: CECAFÉ (2011)

Sobre o desempenho das exportações brasileiras de café, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), órgão representativo das empresas exportadoras e que visa aprimorar e promover o desenvolvimento do setor, realizou um levantamento no qual avalia o desempenho das vendas ao exterior entre 2008 e 2009 a partir de três variáveis: receita, volume exportado e preço médio. Os resultados indicam que houve redução do valor exportado no referido período. A receita registrou queda de 9% enquanto que o volume exportado elevou-se em 4,6%. O preço médio também registrou queda, ficando 13% mais baixo. Os resultados são mostrados na tabela 8.

Tabela 8 - Desempenho das exportações brasileiras de café verde entre 2008-2009

2008			2009		
Valor (em mil US\$)	Volume (sacas de 60 Kg)	Preço médio (em US\$)	Valor (em mil US\$)	Volume (sacas de 60 Kg)	Preço médio (em US\$)
4.131.675,00	26.115.350	158,21	3.761.605,00	27.323.217	137,67

Fonte: CECAFÉ/MDIC (2010)

O levantamento feito revela uma contradição. O país exportou mais em 2009, porém,

a receita foi menor que a de 2008. Qual a lógica dessa inversão? A explicação está relacionada à taxa de câmbio. Com a valorização do real frente ao dólar as vendas do café no mercado externo geraram menos receita, já que o preço do produto em moeda estrangeira fica mais barato. Com isso os exportadores brasileiros auferiram lucros menores em 2009 e o valor das exportações na balança comercial também sofreu redução. Além disso, os oligopólios do setor de insumos e da agroindústria também influenciam na formação dos preços.

Hoje, à cafeicultura se impõem novos desafios, exigindo a melhoria contínua da produção. A concorrência internacional, os novos padrões de consumo e as preocupações com a saúde alimentar têm dado novos contornos ao cenário mercadológico tornando-o cada vez mais exigente e concorrido. Um dos sinais mais evidentes dessa nova conjuntura do mercado é a crescente demanda por cafés do tipo *gourmet*. Neste sentido, os produtores precisam se alinhar a essa nova realidade aprimorando seus sistemas de cultivo de modo a contemplar as novas demandas. Este é um fator imprescindível para a inserção do país no mercado de cafés especiais. (SAES E NAKAZONE, 2002).

Toda essa conjuntura permite constatar que o café brasileiro ainda tem sua importância reconhecida na economia nacional assim como prestígio inabalável no mercado internacional. Entretanto, entre os números e cifras que o café produz na economia existem também os problemas e dificuldades. Apesar de o café ser uma cultura cíclica (os períodos mais promissores ocorrem a cada dois anos), grande parte dos produtores brasileiros enfrenta problemas na hora de produzir. As dificuldades estão presentes desde a etapa de produção ao estágio final, na comercialização do produto.

No caso do Brasil tornar-se-ia complexa qualquer tentativa de investigar as dificuldades enfrentadas pelos produtores de café em nível global dada a heterogeneidade da produção brasileira, suas especificidades regionais e a natureza desses fatores limitantes. Além disso, essas dificuldades se manifestam ao longo de toda a cadeia produtiva, inviabilizando uma investigação concisa e que se traduza em resultados consistentes. É sob essa concepção que este trabalho está delineado, levando a investigação a que ele se propõe ao plano regional.

CAPÍTULO 3 - A BAHIA NO CENÁRIO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ

3.1 ASPECTOS DA CAFEICULTURA BAIANA

A Bahia consolidou-se como um dos principais centros produtores de café do país a partir do início dos anos 1970 com a implementação do Plano Nacional de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), elaborado pelo Governo Federal. O projeto contemplou o estado reintroduzindo o plantio do café, disponibilizando recursos e dando o suporte necessário ao desenvolvimento da produção. A região do Planalto de Conquista foi escolhida para iniciar o plantio devido às suas condições de clima e altitude favoráveis à cultura do café, particularmente para a espécie arábica. A partir daí a cafeicultura cresceu e se expandiu chegando a outras regiões do estado. (DUTRA NETO, 2009).

Nesse período, o setor agrícola no estado concentrava-se basicamente na produção de cacau e mandioca. Na região que compõe o chamado Planalto de Conquista a economia era incipiente e apenas o município de Vitória da Conquista se destacava, essencialmente pelas atividades do comércio e da pecuária. Assim, a cafeicultura surgiu como uma alternativa econômica atraente, sobretudo para os municípios que compunham a região, onde a mão-de-obra demandada pelas fazendas de café estimulou a economia. (DUTRA NETO, 2009).

O lançamento do PRRC em 1971 representou um marco importante do ponto de vista das políticas para o setor. Entretanto, seria exagero pensar que por si só o programa daria conta de solucionar todos os problemas decorrentes da fase decadente da produção brasileira. Além disso, os primeiros anos desta década foram marcados por geadas sucessivas que dizimaram os cafezais no Paraná. Um ano particular foi o de 1975 quando a perda chegou a 100% na maioria das regiões do estado. No mesmo ano, o estado de São Paulo registrou perda de 43% da produção. Com isso, a região Sudeste, principal centro produtor do país, sofreu drástica queda da produção, abrindo caminho para o surgimento de novas áreas de plantio em outras regiões do país. (SILVA, 1976).

Em 1976 um zoneamento de áreas com potencial produtivo realizado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), órgão responsável pelas políticas do setor, identificou na Bahia uma área global de cerca de 340.000 hectares aptos para o plantio de café que comportariam cerca de 560 milhões de covas. Logo, a região da Chapada Diamantina iniciou os primeiros plantios e não demorou a se equiparar em termos produtivos com a região do Planalto de Conquista. Tudo isso concorreu para a expansão da produção baiana. (OLIVEIRA, 1984).

Na década de 1980 a cafeicultura chegou ao Oeste baiano. Desbravando um território

já dominado por outras culturas como o milho, o feijão e principalmente a soja, o café aos poucos foi conquistando espaço e se estabelecendo entre os principais produtos cultivados na região. Um dos incentivos para o estabelecimento da cafeicultura nessa região foi dado pelo Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), cujo objetivo central era o de promover o desenvolvimento agropecuário em regiões do cerrado brasileiro.

A última região do estado a integrar o setor cafeeiro foi a região Sul/Extremo Sul. A expansão da lavoura cafeeira no norte do Espírito Santo acabou atravessando as fronteiras do estado e estimulando a produção em terras baianas, dadas as condições de clima e relevo semelhantes às das áreas produtivas capixabas. Diferentemente das outras regiões do estado onde a espécie predominante é a arábica, no extremo sul a espécie robusta se adaptou melhor.

Em 2006 a SEAGRI realizou um novo zoneamento com objetivo de identificar áreas com potencial produtivo para o plantio de café no estado. No levantamento foram consideradas três variáveis: deficiência hídrica anual (DHA), tipo de solo e clima (temperatura média anual). De acordo com o estudo e considerando os critérios estabelecidos, para toda a área mapeada o plantio foi indicado sob uso de irrigação. De acordo com a Secretaria isso se deu em função do nível elevado de DHA apontado no estudo.

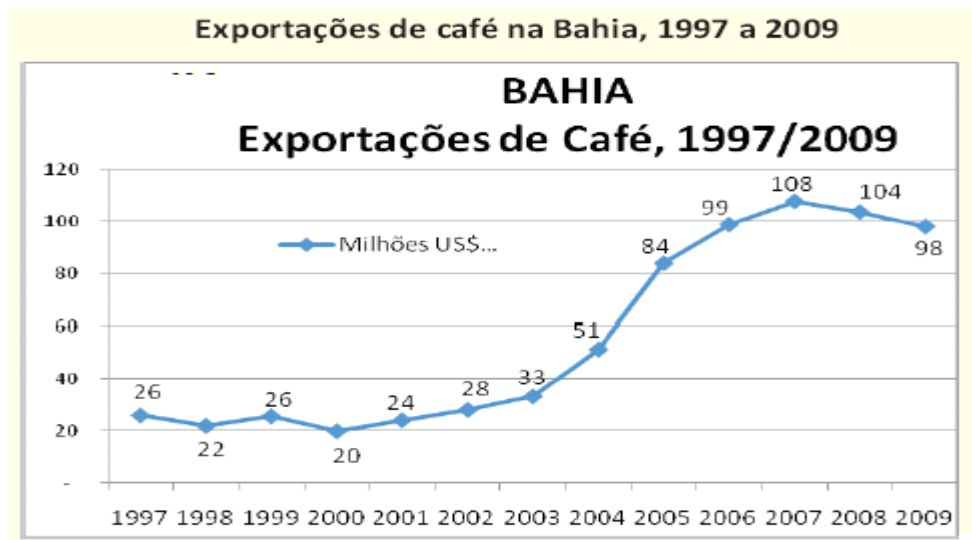
No levantamento feito pela SEAGRI, 30 municípios foram considerados aptos ao cultivo do café. São eles: Angical, Barreiras, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cristópolis, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Iuiú, Jaborandi, Malhada, Mansidão, Matina, Muquém de São Francisco, Paratinga, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley. (DUTRA NETO, 2009).

De acordo com a SEAGRI (2011), o plantio de café na Bahia ocupa uma área de cerca de 150 mil hectares abrangendo 167 municípios. São cerca de 10.000 propriedades no estado sendo que 70% destas estão no circuito da agricultura familiar e os 30% restantes são unidades de médio e grande porte. Os grandes representam apenas 5%, produzindo em áreas acima de 100 hectares. Atualmente no estado existem quatro regiões produtoras que se destacam: o Cerrado (Região Oeste); a região da Chapada Diamantina; o Planalto de Vitória da Conquista, e; a região Sul/Extremo Sul do estado. Destas, as três primeiras cultivam a espécie Arábica e a última produz a espécie Robusta ou Conilon.

Com uma produção anual em torno de 2,2 milhões de sacas (2010), envolvendo as espécies Arábica e Robusta, o café figura entre os principais produtos que movimentam o agronegócio baiano. Os fluxos econômicos gerados com a comercialização refletem de forma

significativa nos números da economia do estado. Um bom exemplo disso é o valor exportado pelo setor. No triênio 2007/2008/2009, os números indicam uma evolução positiva com relação às cifras movimentadas.

Gráfico 2



Fonte: MDIC/Elaboração: SEAGRI (2011)

O gráfico evidencia um crescimento considerável do valor exportado pelo estado no período. No entanto, é importante ressaltar que essa evolução não expressa um crescimento produtivo nas mesmas proporções. Tal crescimento no valor das exportações está mais relacionado ao nível de preços que o produto atingiu no mercado internacional, graças à melhoria da qualidade do café produzido na Bahia, bem como com a variação do câmbio no referido período. Houve aumento da produção no período referenciado, porém, numa proporção menor em relação ao valor movimentado no período.

O café não está entre os principais produtos da pauta econômica do estado, em termos quantitativos. Sua participação no PIB estadual ainda é pouco expressiva, orbitando na casa de 1%. Entretanto, em termos econômicos, o café tem uma importância maior do que esses números podem sugerir. Por ter um sistema de produção predominantemente mais intensivo em mão-de-obra, configura-se como uma atividade de grande empregabilidade e, portanto, responsável por dinamizar a economia daquelas regiões onde a produção de café predomina.

De acordo com os dados SEAGRI (2011), para cada 1 milhão de reais em faturamento do setor, correspondem 404 postos de trabalho. Nessa mesma linha, Bliska (2009) observa que “a Bahia é um estado onde a produção é particularmente intensiva em

mão-de-obra.” Ao analisar o efeito gerador de emprego na cadeia produtiva do café, ressalta a importância econômica do setor. O quadro 1 exibe os dados do efeito gerador de emprego por estado, com base em levantamento realizado em 2002.

Quadro 1 - Efeito gerador de emprego, por milhão de reais, na produção de café (por estado).

SETOR	ESTADO	EFEITO GERADOR DE EMPREGO				Posição em relação aos setores da economia estadual 1 = mais importante; 44 - menos importante
		DIRETO	INDIRETO	INDUZIDO	TOTAL	
<i>ARÁBICA</i>	MG	117	14	83	214	2
	ES	142	13	77	232	3
	SP	93	9	62	164	3
	PR	154	19	66	239	1
	BA	180	33	109	322	6
	RO	0	0	0	0	44
	RBR	201	22	71	294	2
<i>ROBUSTA</i>	MG	0	0	0	0	44
	ES	177	17	76	270	1
	SP	0	0	0	0	44
	PR	0	0	0	0	44
	BA	232	40	131	403	3
	RO	193	35	119	347	2
	RBR	293	39	63	395	1
<i>INDÚSTRIA DE CAFÉ</i>	MG	7	86	78	171	7
	ES	7	116	69	192	4
	SP	6	69	59	134	8
	PR	4	90	68	162	6
	BA	7	90	99	196	20
	RO	9	147	107	263	5
	RBR	8	89	70	167	8

Fonte: Bliska (2009)

Os dados mostram que a Bahia é o estado brasileiro onde os efeitos da produção de café são mais significativos em termos de geração de emprego. Somando-se os empregos gerados em cada segmento (arábica, robusta e indústria) o estado aparece em primeiro lugar, com um total de 921 postos de trabalho gerados. Destes, 419 são empregos diretos, 163 indiretos e 339 induzidos. No geral, o Espírito Santo aparece em segundo lugar, com 694, e Minas Gerais, principal produtor de café do Brasil, em terceiro com 385 empregos gerados.

Analisando a produção na região de Vitória da Conquista, principal centro produtor do estado, observa-se que a influência exercida pelo café na economia dos municípios que compõem esta região é bastante significativa. Municípios como Vitória da Conquista, Barra do Choça, Encruzilhada e Ribeirão do Largo, têm suas economias fortemente influenciadas pela dinâmica do café. Na cidade de Barra do Choça, maior produtor do estado, cerca de 60%

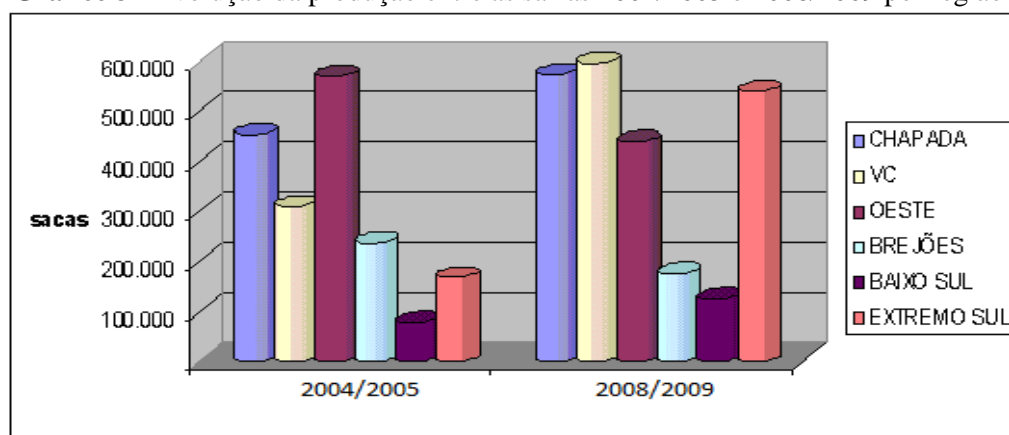
do PIB do município provém da agricultura, que é dominada pelo café. IBGE (2009).

Dentre os estados produtores de café do Brasil, a Bahia é onde a cafeicultura é mais diversificada. Em cada uma das regiões do estado a produção apresenta características diferentes e peculiaridades próprias. Assim, tem-se diferenças em relação à espécies cultivadas, a forma de cultivo, o clima, os tratos culturais, o uso de tecnologias e à própria qualidade dos cafés produzidos. Conforme salienta Fernandes (2011), pela sua dimensão geográfica e as diferentes condições edafo-climáticas, "a Bahia contém uma boa amostra do mundo cafeeiro". Assim, destaca que:

O estado produz desde os lavados da Chapada Diamantina, do Planalto de Conquista e da região de Itiruçu/Vale do Jequiriçá/Brejões, os cafés naturais finos do Oeste baiano e mesmo o conilon das regiões costeiras do Baixo Sul/Sul/Extremo Sul. A Bahia é hoje reconhecida como uma boa origem para, desde os cafés especiais *super premium* até para cafés comerciais de valor mais competitivo. (FERNANDES, 2011. p.7).

Um estudo feito pela SEAGRI analisa a evolução da produção nas principais regiões produtoras do estado. São elas: Planalto de Conquista; Região Oeste; Chapada Diamantina; Região Sul; Extremo Sul; e a Região do triângulo Brejões/Itiruçu/Vale do Jequiriçá. Vale lembrar que esta divisão regional segue os critérios estabelecidos para o referido estudo, não correspondendo a uma divisão oficial. O gráfico 3 ilustra os resultados extraídos dessa análise apontando onde houve melhor desempenho ou queda de produção.

Gráfico 3 - Evolução da produção entre as safras 2004/2005 e 2008/2009 por região



Fonte: IBGE/SEAGRI-BA. (2010)

Tomando como base a média móvel bienal da produção nos últimos anos, observa-se que os dados sinalizam discrepâncias com relação ao desempenho produtivo das regiões. O gráfico 3 mostra que as maiores variações em termos de crescimento da produção no período

foram registradas na região Extremo-Sul do estado e no Planalto de Conquista. Regiões como a Chapada e o Baixo-Sul também apresentaram evolução positiva, porém em menor proporção que as anteriores. Já a região de Brejões e o Oeste do estado apresentaram queda da produção. Cabe salientar que, estes dados referem-se a um período específico, não refletindo, assim, o desempenho da cafeicultura baiana ao longo do seu curso histórico. (FERNANDES, 2011).

Do ponto de vista teórico, essas desigualdades já eram analisadas sob o enfoque econômico desde os anos 1950. Os contrastes nos níveis de desenvolvimento da agricultura entre as regiões estão embutidos no conceito de heterogeneidade estrutural, discutido à época pelos economistas da CEPAL³. A idéia inicial baseava-se nos diferentes estágios de desenvolvimento observado entre os países latino-americanos. Mais adiante, o conceito é trazido para os planos intersetorial e intra-setorial.

Fornazier e Vieira Filho (2011) retomam as idéias iniciais do pensamento Cepalino ao discutir a heterogeneidade estrutural nos dias atuais. Para eles, tal conceito refere-se às disparidades nos níveis de desenvolvimento e nos padrões de produção de determinados setores da economia. No caso particular da agricultura, as contradições podem estar relacionadas a questões como: as políticas agrícolas, a estrutura fundiária, o clima, a organização social, a cultura dos produtores e o acesso a novas tecnologias. Assim, o atual padrão agrícola brasileiro apresenta-se nessa mesma perspectiva, onde o “moderno” e o “primitivo” convivem de modo paradoxal.

No caso da Bahia, as desigualdades evidenciadas no levantamento apresentado (vide gráfico 3) se inserem nesse contexto. Um dos aspectos observáveis e que pode ter influenciado nos resultados apresentados é o clima. Regiões como o Planalto de Conquista e o Extremo Sul do Estado, registraram índices pluviométricos favoráveis durante o período analisado. Na região do Planalto o ganho de produtividade também contribuiu. Já no Extremo Sul houve aumento da área plantada e alta produtividade, graças ao uso intensivo de tecnologia.

Na região da Chapada o crescimento, embora em menor grau, deve-se principalmente à qualidade dos cafés ali produzidos. Os prêmios de qualidade conquistados, além de promover o café da região, renderam estímulo aos pequenos produtores. Já o cerrado baiano (Oeste) registrou queda no período analisado, principalmente em função da diversificação produtiva ocorrida no período. Com a ampliação das culturas concorrentes

³ Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe.

(feijão, milho, soja) o café sofreu redução de sua área produtiva. (SEAGRI, 2010).

Em sub-regiões como a do triângulo Brejões/Itiruçu/Vale do Jequiçá, a produção também registrou queda. Neste caso, a falta de investimentos, o desestímulo com os baixos preços do produto no mercado e a estiagem, foram os pontos principais que levaram ao recuo da produção. Deve-se considerar também, aqui, o índice de utilização de recursos tecnológicos, que na maioria dos casos é considerado baixo, acentuando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos produtores. Excetua-se aqui, o caso da Fazenda Lagoa do Morro, situada na região de Brejões, que tem uso intensivo de tecnologia divergindo do padrão regional. (SEAGRI, 2010).

Embora tenha havido estímulo e encontrado aqui condições relativamente favoráveis ao cultivo, a cafeicultura baiana mesmo tendo se expandido não se desenvolveu nos mesmos níveis de outras regiões do país, a exemplo de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. A explicação para isso encontra versões distintas. Segundo o professor Joselito Viana de Souza, pesquisador do agronegócio na Bahia, um dos problemas centrais é a falta de estruturação competitiva do setor. Para ele, todos os envolvidos na cadeia produtiva (governo, instituições, empresas, produtores) deveriam atuar em conjunto, defendendo o interesse coletivo. Nessa perspectiva, aponta a formação de aglomerados como alternativa para o fortalecimento da competitividade do setor.

Ao se conhecer o mercado internacional do café, e a estruturação e competitividade do agronegócio nacional, se tem uma lição útil para a organização competitiva da cafeicultura baiana. O argumento básico, que permeia é que a expansão em si da cafeicultura baiana, baseada em qualificações comparativas sob o ponto de vista agrônomo ou agrícola, é insuficiente e precário. Necessita-se de contribuições e de enfoques que levem em conta a estruturação competitiva como agronegócio, isto é, como um todo, produtores, torrefadores, indústrias e outros, aproveitando-se das vantagens da estruturação sob forma de aglomerados ou *clusters* para cada região produtora. (SOUZA, 1999. p.2).

Sob esta ótica é possível notar que a ausência de uma visão cooperativa além de restringir a competitividade ainda impede que ações integradas de busca por melhorias para o setor sejam efetivadas. Nessa mesma linha, o professor acrescenta ainda que “essa falta de articulação do setor, na Bahia, é reflexo da relativa imaturidade ainda vivida pelo seu parque cafeeiro”. (SOUZA, 1999).

Nessa linha, o presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), Claudionor Dutra Neto, assinala que “para a Bahia se firmar como exportador o setor precisa crescer como um todo, fortalecendo todos os elos da cadeia produtiva”. Na mesma perspectiva, defende ainda que “conhecer o mercado lá fora e agregar valor ao seu

produto, seria o caminho, ao invés de exportar o café *in natura*”. (DUTRA NETO, 2009).

No âmbito das políticas públicas, embora o governo, tanto na esfera federal quanto na estadual, tenha exercido um papel importante no processo de expansão da cafeicultura baiana, entende-se que ainda há muito que se fazer. O ex-governador Paulo Souto, quando no exercício de seu mandato em 2005, defendeu a necessidade de investimentos em infraestrutura como prioridade. Para ele, o desenvolvimento da produção, assim como de toda a cadeia produtiva, depende essencialmente disso. (REVISTA CAFEICULTURA, 2011).

Do ponto de vista do produtor, em linhas gerais, nota-se que é visível a ausência de uma cultura empreendedora que alimente a busca pelo desenvolvimento produtivo. Isso se reflete na falta de cooperação e integração das ações em defesa do setor, na falta de investimentos maciços na produção e no uso ainda incipiente de tecnologias. Ademais, as dificuldades com relação à aquisição de crédito se ampliam na medida em que muitos não conseguem se livrar dos financiamentos não liquidados. Na verdade, o setor se ressentida da falta de um tratamento mais profissional com relação à produção.

Ocorre que na Bahia, segundo a SEAGRI (2011), cerca de dois terços das propriedades estão no âmbito da agricultura familiar, onde o modelo de produção ainda é culturalmente conservador. Um reflexo disso é que, em grande parte das propriedades a produção é intensiva em mão-de-obra. Contudo, essa não é uma característica particular do modelo baiano de produção, mas, é observada no contexto geral da produção cafeeira no Brasil.

Com uma produção anual média oscilando entre 1,8 e 2,2 milhões de sacas de 60 Kg, envolvendo as espécies arábica e robusta, o estado apresenta (de acordo com a SEI) quatro regiões principais onde a produção cafeeira se destaca: a região do Planalto de Conquista, no sudoeste do estado; a região da Chapada Diamantina, mais a centro-oeste; a região Oeste, mais especificamente a região de Barreiras e; o Sul/Extremo Sul do estado. Destas, as três primeiras cultivam a espécie arábica e a última produz a espécie robusta (SEI, 2010).

Hoje, a produção baiana responde por cerca de 5% a 8% da produção nacional de café. Das propriedades que cultivam o produto, 40% são de médios produtores e apenas 10% são consideradas grandes. Entre estes, só 5% apresentam áreas superiores a 100 hectares, concentradas no Oeste do estado onde a atividade é empresarial. De acordo com dados da CONAB (2009), a produção baiana de café beneficiado chegou a 1,87 milhões de sacas de 60 Kg. Destes, 436 mil foram produzidos na região do Cerrado (oeste baiano); a região do Atlântico produziu 542 mil sacas de Robusta, e a do Planalto de Conquista (cultivos tradicionais de café arábica), 896 mil sacas.

No cenário atual da produção brasileira de café a Bahia e o Paraná se alternam entre a 4ª e a 5ª posições no ranking dos estados que mais produzem, atrás de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. (CONAB 2009). Embora a participação da cafeicultura baiana no contexto da produção nacional ainda seja relativamente pequena em termos quantitativos, a Bahia tem se destacado nesse cenário, sobretudo pela qualidade dos cafés produzidos. Exemplo disso ocorreu em 2006 quando um café produzido no município de Piatã, na região da Chapada Diamantina, venceu a 3ª edição do Concurso Nacional de Qualidade de Café, promovido pela Associação Brasileira das Indústrias de Café (ABIC).

Essa conquista reascendeu os estímulos do setor e abriu novos horizontes. Logo se percebeu que investir na produção de cafés de qualidade seria uma alternativa estratégica para driblar os preços baixos do mercado. Assim, em 2009 um produtor baiano – também do município de Piatã – venceu importante concurso de qualidade de cafés promovido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais, identificada pela sigla BSCA (*Brazil Specialty Coffee Association*).

Sob essa perspectiva, o Governo da Bahia tem, nos últimos anos, empreendido ações no sentido de melhorar a qualidade dos cafés produzidos no estado com vistas a aumentar a competitividade tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Em uma delas, contou com o apoio do Governo Federal que em 2010 destinou recursos na ordem de 2,88 bilhões de reais para o setor, através do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ). Os recursos são destinados a linhas de crédito para custear colheita, estocagem, custeio e o Financiamento para Aquisição de Café (FAC). A tabela 9 mostra como os recursos foram alocados.

Tabela 9 - Recursos do FUNCAFÉ para a safra 2010/2011.

Destinação	Valor (R\$) – em milhões
Colheita	522
Custeio	313
Estocagem	940
FAC	313
Total	2.088

Fonte: MAPA (2011)

Segundo o Ministério da Agricultura, os recursos têm como alvo as indústrias torrefadoras de café, beneficiadores e exportadores. O item financiável é o café verde adquirido diretamente do produtor ou de cooperativas, com a condição de que o preço pago

seja superior ao mínimo estabelecido pelo governo. Podem ser financiadas também as despesas vinculadas à colheita e aos custos com tratos das lavouras, como insumos (fertilizantes, corretivos e defensivos), mão de obra e operações com máquinas. (MAPA, 2011).

O FUNCAFÉ, criado em 1986, é gerenciado pelo Departamento de Café do Ministério da Agricultura. Os recursos do fundo fomentam tanto o setor público quanto o privado com o objetivo de promover o desenvolvimento dos segmentos da cadeia agroindustrial do café, a geração de emprego e renda e a inserção social de forma sustentável de todos os envolvidos no processo. São aplicados ainda em áreas como pesquisa, incentivo à produtividade e à competitividade dos setores produtivos, à qualificação da mão de obra e à publicidade e promoção dos Cafés do Brasil nos mercados interno e externo.

Na opinião do presidente da ASSOCAFÉ, João Lopes Araujo, o momento atual, apesar de positivo, não elimina as preocupações do setor. Para ele, “a competitividade do café brasileiro chegou ao seu limite”. Os preços do produto no mercado hoje estão num patamar considerado bom, mas, durante o ciclo de baixa os preços não compensavam os custos, o que limitou os tratos culturais na lavoura. (AGROCAFÉ, 2011).

Apesar do exposto até aqui dar uma boa idéia sobre a produção de café na Bahia, convém fazer um sobrevôo nas diferentes regiões produtoras do estado, de modo a conhecer um pouco da realidade de cada uma. Neste sentido, uma breve incursão se dará inicialmente em três regiões produtoras do estado sendo que a região do Planalto de Conquista será abordada oportunamente no capítulo seguinte, uma vez se tratar do foco principal desta investigação.

3.2 O CAFÉ NA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA

A região da Chapada Diamantina foi a segunda a ingressar no circuito de produção de café na Bahia. Localizada na região central do Estado e favorecida pelo clima ameno e altitude adequada ao cultivo, a região desenvolveu sua produção a partir da segunda metade da década de 1970 sob o estímulo do PRRC. Com plantações em altitudes que oscilam entre 800 e 1.400 metros acima do nível do mar e temperaturas que no inverno chegam a ficar abaixo dos 10 graus nas regiões de montanha (sem ocorrência de geadas), os cafeicultores encontraram condições altamente favoráveis à produção de cafés especiais. Foram estas condições que permitiram que a região se tornasse referencia nacional na produção de cafés de qualidade, tendo inclusive conquistado prêmios nos mais importantes concursos de cafés

realizados no país. (SEI, 2010).

A cultura do café na região trouxe novo dinamismo à economia, que se encontrava estagnada com a decadência da mineração ocorrida nos anos 1960. Assim, o impulso dado pela cafeicultura influenciou no desenvolvimento de diversos municípios, absolvendo mão-de-obra e estimulando o comércio. O "diamante negro", como foi batizado o café da região, numa alusão ao ciclo da mineração, consolidou uma base econômica que mais tarde daria sustentação para o desenvolvimento de outras atividades, como o pólo eco-turístico regional. Dentre os municípios que mais sobressaíram com o advento da cafeicultura, estão: Piatã, Seabra, Barra da Estiva, Ibicoara, Utinga, Bonito, Lençóis, Mucugê, Tapiramutá e Ituaçu.

Um dos diferenciais do café produzido na Chapada é a sua qualidade. Com cafés premiados nos mais importantes concursos de café do país, a região notabilizou-se pela excelência na qualidade, alcançada graças aos criteriosos tratos culturais empregados desde o plantio até a estocagem do produto beneficiado. Neste sentido, observa-se que um dos aspectos mais característicos da produção de café na região é a colheita seletiva. Como a região é pouco propícia à mecanização, devido ao relevo mais acidentado, o processo é realizado manualmente por catadores previamente orientados a retirar somente os grãos cuja cor esteja entre o amarelo e o cereja. Deste modo, evita-se a mistura com grãos verdes, chochos ou defeituosos, que comprometem a qualidade da bebida.

No entanto, é importante ressaltar que este sistema de colheita está condicionado ao tamanho da área de cultivo, já que em grandes propriedades se tornaria economicamente inviável em função, principalmente, do tempo e da quantidade de mão-de-obra que demandaria o processo. Ocorre que a predominância na região é de pequenas e médias propriedades (com menos de 10 hectares de área plantada) o que, em tese, viabiliza essa prática. De qualquer modo, cabe salientar que a colheita não é o único fator determinante para se produzir um café com bebida de qualidade.

Essa percepção de que os critérios aplicados no processo produtivo resultam em um produto com qualidade superior e, conseqüentemente, mais valorizado, tornou-se uma máxima entre os produtores da região. Com isso, a adesão a esse modelo de produção vem crescendo gradativamente nos últimos anos. Segundo o presidente da ASCAMP, Michael Freitas, "o caminho do pequeno produtor é produzir cafés finos e participar de concursos de cafés especiais para conquistar mercado e divulgar o produto", afirma. (REVISTA CAFEICULTURA, 2011).

De acordo com Freitas, a ASCAMP teve papel preponderante na construção desta "cultura produtiva". Atuando junto aos produtores da região desde 1997, a entidade prevê um

crescimento contínuo na produção dos cafés especiais, tipo *gourmet*. Em 2003 foi fundada a Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores do Município de Piatã (COOCAMP) que ajudou a melhorar o sistema de comercialização. Para o presidente da associação este modelo de organização baseado na articulação coletiva constitui-se num importante diferencial competitivo, consoante defende Souza (1999). Michael Freitas ressalta ainda a importante atuação do SEBRAE no processo de formação e difusão dessa cultura entre os produtores da região.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores da Chapada Diamantina podemos dizer que, em geral, não diferem muito daquelas que se registra em termos globais. São fatores como os custos dos insumos, limitações relativas ao crédito, preços baixos do produto no mercado, dentre outros, que são comuns na pauta de reivindicações do setor. Em alguns aspectos, entretanto, surgem questões que estão no âmbito das peculiaridades regionais. É o caso, por exemplo, da infraestrutura. Em muitas propriedades ainda não há energia elétrica, o que dificulta a vida de muitos produtores.

No caso particular dessa região podemos observar que, o fato de haver uma integração maior entre os agentes envolvidos no processo de produção (produtores, associações, órgãos do governo), propiciou um fortalecimento significativo, em termos de competitividade, ao setor produtivo da região. A adesão a um modelo de produção voltado para a qualidade representou um salto importante para consolidar a região da Chapada Diamantina como uma das principais do país na produção de cafés de qualidade superior. Hoje, os cafés premiados em concursos nacionais vão a leilão e chegam a ser comercializados por valores bastante elevados, alguns chegando a ultrapassar a cifra de R\$8.000,00 a saca.

3.3 OESTE DA BAHIA: CAFEICULTURA E TECNOLOGIA

A conquista do Oeste baiano se deu ainda no período da colonização do Brasil. As primeiras populações chegaram à região levadas pela busca de novas terras para criação de gado. Localizada numa área geograficamente privilegiada, pela localização e pela existência de importantes rios como o São Francisco e o Rio Grande, a região se estabeleceu como importante eixo de ligação com os estados de Goiás e Piauí. Consolidando a região como importante entreposto fluvial e comercial durante o século XVII, vários povoados se desenvolveram ao longo das bacias desses rios, dentre os quais destaca-se Campo Largo, Angical, Barra e São João de Barreiras (BLISKA, 2009).

Além da criação de gado outra atividade que também atraiu imigrantes para a região

foi a extração da borracha da mangabeira, que predominou como principal atividade agrícola da região entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Na segunda metade da década de 1920 a construção de uma usina hidroelétrica nas proximidades de Barreiras deu novo impulso à economia local. Entretanto, com o fechamento da usina em 1964 a economia local voltou decair.

No início dos anos 1970, após quase uma década de decadência, a economia da região recebe novo estímulo com a construção da rodovia Salvador/Brasília (BR 242). Em seguida a região de Barreiras foi contemplada com o projeto de irrigação patrocinado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que abriu novas fronteiras agrícolas no Oeste da Bahia. Atraídos pela oferta de terras mais baratas e crédito para a agricultura, imigrantes oriundos principalmente do Sul e Sudeste do país se instalaram na região trazendo uma nova cultura, um novo modo de produzir: a chamada “agricultura empresarial”.

Sob essa perspectiva se desenvolvem na região culturas como a soja, o milho e o feijão, impulsionando a economia local. A partir dos anos 1980 a região experimenta o cultivo do café. Com a cultura se adaptando bem à região as plantações se multiplicaram e o café passou a figurar entre os principais produtos cultivados. Com um sistema de produção intensivo em tecnologia (plantações irrigadas e mecanizadas) as lavouras locais colocaram a região entre as principais do país em termos de produtividade (REVISTA CAFEICULTURA, 2011).

Esse novo jeito de produzir que os imigrantes trouxeram na bagagem inovou o sistema de produção local inaugurando um novo tempo para a agricultura da região. A cafeicultura, beneficiando-se dessa dinâmica, expandiu as áreas cultivadas, estimulada pela boa fase do produto no mercado internacional, sobretudo na segunda metade da década de 1980. Investindo em máquinas e sistemas de irrigação modernos e buscando assessoria técnica especializada os produtores da região de Barreiras conseguiram aliar qualidade à produtividade.

Esta visão empreendedora, diferentemente da cultura de subsistência que predominava na região antes da década de 1980, abriu espaço para um novo padrão de produção, pautado no estudo, no planejamento e no dimensionamento dos condicionantes produtivos, bem como no aproveitamento das potencialidades naturais da região. Acrescenta-se a isso o fato de que o café encontrou ali condições climáticas favoráveis, com boa temperatura e uma estação chuvosa bem definida, com risco mínimo de chuvas no período da colheita, que atrapalham os trabalhos e prejudicam a qualidade dos grãos.

Para João Lopes de Araujo, presidente da Assocafé, outro aspecto característico da região é que o oeste baiano é bem servido de água. "São cerca de 26 rios afluentes do (rio) São Francisco. Além disso, temos lençol freático que garante fartura de água", ressalta. Atualmente, são cerca de 35 cafeicultores, com área de produção que varia de um mínimo de 100 hectares até mais de mil hectares. "São grandes produtores, cujas lavouras são irrigadas e mecanizadas", completa. (COFFEEBREAK, 2010).

Este sistema produtivo tem impulsionado a economia da região e ampliado o potencial agrícola do estado. De acordo com os dados da SEI (2010) a região de Barreiras elevou de 1,3% para 11% seu valor bruto da produção entre 1980 e 2010. O resultado, que reflete o avanço da agricultura nesse período, coloca o município entre os principais do estado em termos de produção agrícola, ao lado de Juazeiro. Os dados revelam ainda que Barreiras e Juazeiro respondem, juntas, por cerca de 5% do PIB do estado. Em ambos os casos um elemento foi crucial para que este progresso ocorresse: a visão empresarial. (COFFEEBREAK, 2010).

Hoje, a região Oeste da Bahia é reconhecida nacionalmente pela qualidade dos cafés produzidos e pelos níveis de produtividade alcançados. Consolidada como um dos mais importantes centros do agronegócio baiano a região tem atraído a atenção do governo do estado, que através da SEAGRI e do apoio técnico da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) tem viabilizado ações e projetos que visam estimular cada vez mais o desenvolvimento produtivo da região.

De acordo com os dados do IBGE (2009), dentre os municípios que produzem café na região, Barreiras aparece como principal produtor com cerca de 180 mil sacas produzidas. Logo a seguir estão os municípios de Luis Eduardo Magalhães com 151,5 mil, São Desidério com 135 mil e Cocos com 77 mil. A produtividade média na região é a mais elevada do país, tendo ultrapassado a casa dos 60 sacos por hectare.

3.4 A REGIÃO SUL/EXTREMO-SUL: A NOVA FRONTEIRA DO CAFÉ ROBUSTA

A expansão do parque produtivo do café robusta do Norte do Espírito Santo atravessou a fronteira do estado e chegou ao extremo sul da Bahia. Atraídos por fatores climáticos favoráveis e por áreas produtivas com topografia plana, propícias ao uso de irrigação, produtores capixabas deram início ao plantio da espécie robusta nos municípios de Prado e Itabela. Em pouco tempo o café já era cultivado também em Itamaraju, Arataca e Porto Seguro. Com a rápida expansão do cultivo na região o café conquistou outras cidades

do sul baiano a exemplo de Jucuruçu, Santa Cruz de Cabrália, Caravelas e outras.

Dentre os fatores que possibilitaram o desenvolvimento da produção de café na região, um dos que mais influenciaram foi a cultura do produtor. Trazendo um modelo de gestão altamente profissionalizado e utilizando recursos como tecnologia e conhecimento (a exemplo do que ocorreu na Região Oeste da Bahia) os produtores capixabas introduziram um novo padrão produtivo na região que inclusive viria a influenciar no modo de condução de outras culturas já existentes.

Única região do estado a produzir café da espécie Robusta (Conilon), o extremo sul baiano ganhou destaque no cenário da produção nacional dado o alto padrão tecnológico e de irrigação utilizado nas lavouras. Assim, colocou a Bahia entre os principais estados do país na produção dessa espécie. Hoje, o Estado já ocupa a terceira posição no ranking da produção nacional de café Conilon, produzindo em média 600 mil sacas/ano. (IBGE 2009).

Dentre os municípios que mais produzem, estão: Itamarajú, Prado, Arataca, Jucuruçu e Itabela. Destes, o município de Prado foi o que registrou a maior produção (280 mil scs), de acordo com o levantamento feito pelo IBGE em 2009. Itamaraju veio logo em seguida com 245 mil scs produzidas. Juntos, os dois municípios respondem por 87,5% da produção da região.

O padrão produtivo praticado na região sobressai como característica principal do modelo de produção local. Tal modelo coloca em evidência a importância de aspectos como: gestão eficiente, investimento em tecnologia, padrão técnico, inovação, conhecimento e informação. Nota-se também um nível elevado de conscientização acerca da necessidade de fortalecimento dos elos da cadeia produtiva, expressando uma visão ampliada da competitividade do setor.

Nesse sentido é realizada anualmente a Festa do Café Conilon, que acontece no município de Itabela durante o mês de Agosto. O evento é uma iniciativa dos produtores rurais do município e conta com o apoio do Governo do Estado, através da SEAGRI, da EBDA, além do Sistema FAEB/SENAR e do SEBRAE/BA; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Itabela e do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), do estado do Espírito Santo.

A Feira tem como objetivo congregar produtores, empresas, exportadores e entidades públicas ligadas ao setor, promovendo discussões, troca de experiências, exposições, visitas de campo e negócios, visando o fortalecimento de todos os segmentos da cadeia produtiva.

Consolidando a importância do parque cafeeiro da região para o agronegócio baiano, na 3ª edição da Feira, realizada em 2010, foi assinado um protocolo de intenções para instalação, naquele município, de uma estação experimental especializada do café Conilon, atendendo a uma reivindicação dos produtores locais.

Embora o alto padrão produtivo da região, possa sugerir um relativo distanciamento dos problemas enfrentados pela cafeicultura de modo geral, não se pode afirmar isso. Apesar da espécie Conilon não incorrer nos mesmos critérios de cultivo da espécie Arábica, nem concorrer no mesmo mercado, no geral também sofre as mazelas do setor. Nesse sentido, para atuar junto ao setor como órgão consultivo foi criado pela SEAGRI a Câmara Setorial do Café. Composta por representantes do setor produtivo, a entidade já diagnosticou os principais gargalos, que se referem basicamente: à dificuldade de custeio; à disponibilização dos recursos (que segue o calendário produtivo do café arábica); à insegurança jurídica acerca da ocupação de terras, e; à legislação ambiental.

Apoiados em modernos modelos de gestão e cultivo, com uso intensivo de tecnologias, os produtores de algumas dessas regiões atingiram níveis elevados de produtividade colocando a Bahia numa condição de destaque no cenário da cafeicultura brasileira. Em contrapartida, outras regiões se apresentam num patamar ainda tímido de desenvolvimento, com sistemas de produção baseados nos padrões tradicionais de cultivo e com baixo nível de utilização de recursos de tecnologia.

Conforme se pode notar, de todas as dificuldades enfrentadas ao longo do processo produtivo uma das que tem presença garantida na pauta de discussões do setor é o custo de produção. Há vários anos os produtores baianos têm enfrentado grandes dificuldades devido aos desequilíbrios entre o custo para produzir e o preço de venda. Apesar de ser esta uma dificuldade comum às várias regiões produtoras do estado, seus efeitos não são homogêneos.

Diante de tudo isso, penetrar nessa diversidade que é a cafeicultura baiana e compreender os pormenores de cada região não é trabalho simples. O presente estudo limita-se a traçar um panorama geral da cafeicultura baiana caracterizando, de modo sucinto, o modelo produtivo de cada região. No capítulo seguinte será feita uma abordagem mais aprofundada sobre a região de Vitória da Conquista, que permitirá melhor compreensão acerca da dinâmica da cafeicultura local e as dificuldades a ela inerentes.

4 A PRODUÇÃO DE CAFÉ NA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

4.1 A CAFEICULTURA NA DINÂMICA REGIONAL

O município de Vitória da Conquista está localizado no Sudoeste baiano, na microrregião do Planalto de Conquista, distante cerca de 510 quilômetros da capital, Salvador. Com uma população de 306.866 habitantes e uma área territorial de 3.405 Km², a cidade se beneficia de uma localização geográfica privilegiada constituindo-se num importante centro regional, dado o desenvolvimento alcançado ao longo de seus 172 anos de história. (IBGE/CENSO 2010).

Figura 1 – Vitória da Conquista no mapa da Bahia



Fonte: Google (2012)

Principal cidade do território de identidade ao qual lhe empresta o nome, Vitória da Conquista destaca-se pelo dinamismo tanto no plano econômico quanto no social. O referido território congrega ainda outros 23 municípios: Barra do Choça, Planalto, Poções, Mirante, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Anagé, Caraíbas, Cordeiros, Maetinga, Pres. Janio Quadros, Mortugaba, Licínio de Almeida, Piripá, Tremedal, Belo Campo, Condeúba, Aracatu, Guajeru, Jacaraci, Encruzilhada, Ribeirão do Largo e Cândido Sales. (IBGE, 2010).

No presente estudo, por ter como foco principal a cafeicultura, o espaço geográfico regional está delimitado de acordo com a proximidade e influência exercidas pela produção de café nos municípios que integram o cinturão produtor regional. Sendo assim, a região estudada compreende, além de Vitória da Conquista, os municípios que estão no seu entorno:

Barra do Choça, Poções, Planalto, Encruzilhada e Ribeirão do Largo. O quadro 2 mostra o posicionamento de cada um destes municípios com relação ao PIB da região, em valor adicionado bruto da produção.

Quadro 2 - PIB por município (Região de Vitória da Conquista)

Município	PIB - valor adicionado bruto da produção (em mil R\$)	Participação relativa no PIB da região (%)
Vitória da Conquista	2.619.936,00	78,7
Barra do Choça	273.683,00	8,2
Poções	183.323,00	5,5
Encruzilhada	102.710,00	3,0
Planalto	92.693,00	2,8
Ribeirão do Largo	54.521,00	1,6

Fonte: IBGE (2010).

Conforme se observa, Vitória da Conquista figura como epicentro financeiro regional, concentrando a maior parcela da renda gerada na região, com 78,7% do total. Os demais municípios, juntos, somam 21,3%. A menor participação, neste caso, é do município de Ribeirão do Largo, com apenas 1,6%. Os dados refletem como característica mais evidente da região, a polarização exercida pela cidade de Vitória da Conquista em relação aos demais municípios.

Do ponto de vista das teorias econômicas este aspecto de “centralidade” é discutido inicialmente por Thünen (1826) em sua “teoria da localização agrícola”. Nesta, estabelecia a relação entre a renda da terra e a distância para os centros de comercialização, pressupondo gastos maiores quando a distância é maior. Posteriormente, as contribuições de Christaller (1933), através da “teoria do lugar central”, aperfeiçoaram a idéia, defendendo o princípio da aglomeração estratégica em torno de um lugar central com vistas à otimização de recursos.

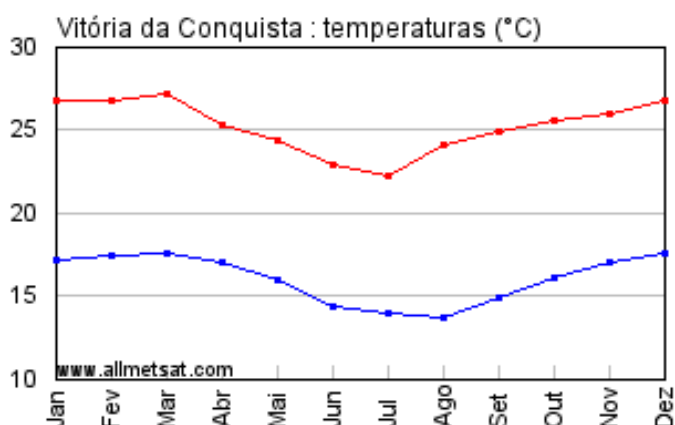
Esta condição possibilitou que Vitória da Conquista atingisse um nível de desenvolvimento acima do observado nas demais cidades da região. Hoje, o município tem uma economia forte, liderada pelo setor de serviços que responde por 71% da renda bruta local. A Indústria, cuja atividade é pouco diversificada, participa com 11% enquanto que o setor primário é responsável por 3,5% do montante. Os 14,5% restantes correspondem à arrecadação municipal. (IBGE, 2009).

Embora atualmente a agricultura tenha participação apenas discreta na economia do município, seu papel foi historicamente decisivo para o desenvolvimento da região como um

todo, sobretudo a partir da vinda do café. Neste sentido, reitera-se que um dos aspectos que serviram de atrativo para o estabelecimento desta cultura na região foi o clima. Ocorre que, para caracterizar o clima da região de modo detalhado, seria necessário dispor dos dados específicos de cada um dos municípios. Como não se dispõe das informações climáticas individuais, os dados de vitória da Conquista são tomados como referência regional, visto que em relação às demais cidades a variação é pequena.

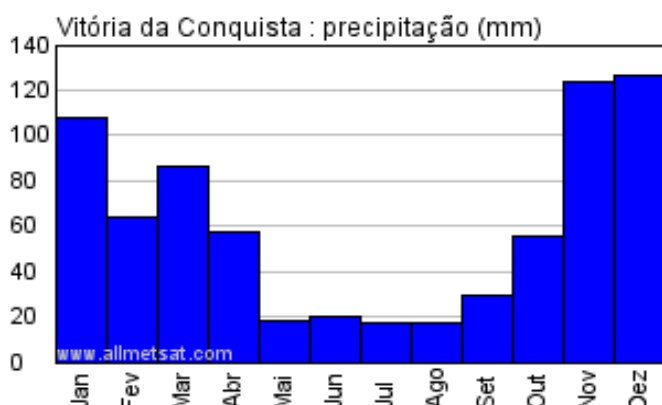
Os gráficos 4 e 5 exibem as médias mensais de temperatura e de precipitação deste município.

Gráfico 4 – Média mensal das temperaturas mínimas e máximas



Fonte: All Met Sat (2012).

Gráfico 5 - Média mensal de precipitação



Fonte: All Met Sat (2012).

O gráfico 4 mostra que a temperatura em Vitória da Conquista apresenta-se com médias mensais que oscilam entre os 13 e os 27 graus. Entretanto, no inverno as temperaturas caem bastante, chegando a ficar abaixo dos 10° nos dias mais frios. Já a estação chuvosa

registra índices pluviométricos mais elevados entre os meses de outubro e janeiro e os mais baixos entre maio e setembro (vide gráfico 5). Ressalta-se apenas, que estes índices não se apresentam de forma constante, variando entre as regiões e também entre um ano e outro.

Foi justamente em função das condições edafo-climáticas favoráveis ao cultivo que o café chegou à região no início dos anos 1970. Os primeiros plantios foram feitos no entorno do município de Vitória da Conquista e logo a cultura se propagou pela região. Aos poucos o café foi modificando a paisagem agrícola regional, ocupando espaços até então não cultivados ou até substituindo outras culturas já existentes. (DUTRA NETO, 2004).

Antes da chegada do café a economia da região tinha na pecuária e no comércio suas atividades principais. Vitória da Conquista já se destacava como principal centro dinâmico regional e provedor de serviços essenciais como saúde e educação para os municípios circunvizinhos. A atividade agrícola era essencialmente de cunho familiar e pouco diversificada. Assim, a experiência do plantio de café não representou apenas a introdução de uma nova cultura, mas, inaugurou um novo ciclo na economia regional. (DUTRA NETO, 2009).

Por ser um produto de grande aceitação e que à época estava bastante valorizado no mercado, o café atraiu a atenção dos agricultores locais que vislumbraram a possibilidade de ganhos mais significativos. A rentabilidade dada pela produção cafeeira estimulou o plantio e trouxe novo ânimo à economia, sobretudo para o município de Vitória da Conquista, que se consolidou como centro regional de comercialização do produto.

Por dispor de melhor infraestrutura e estar geograficamente mais bem localizada na região, logo várias empresas exportadoras se instalaram na cidade e o mercado local tornou-se referência em termos de comércio de café. Surgiram também indústrias torrefadoras, corretoras e empresas ligadas ao setor, movimentando a economia local, atraindo investimentos externos, gerando empregos e ampliando a base produtiva dos municípios integrantes da região. Assim, o cultivo do café na região produziu e continua a produzir múltiplos efeitos.

Durante as décadas de 1970 e 1980, quando o café promoveu o enriquecimento e ascensão social de alguns produtores locais, a sociedade viu surgir uma burguesia rural forte. Já não havia as figuras históricas do “barão do café” nem a do “coronel”, mas a figura do cafeicultor tornou-se sinônimo de riqueza e influência. A exemplo do que registra a história econômica brasileira do início do século XX, Vitória da Conquista foi palco de uma relação de proximidade entre café e política, onde a influência das famílias com tradição no cultivo de café realçava as disputas no plano político local.

No plano social os efeitos também foram percebidos. Da riqueza ostentada pelas belas construções, contrastando com a popularização dos chamados “bóias-frias”, ao aumento do fluxo de imigrantes e trabalhadores, que vieram atraídos pela grande demanda por mão de obra nas fazendas. Nessa perspectiva, o café constituiu-se em uma via de mão dupla. De um lado, contribuiu para o aumento da concentração de renda e, de outro, estimulou o desenvolvimento de setores como o comércio e a construção civil.

Um dos aspectos mais característicos da região em estudo é a interação que há entre os diversos setores que movimentam a economia. Reproduzindo o que ocorrera com o Brasil na fase inicial do processo de industrialização do país, a riqueza acumulada pelo setor cafeeiro alimentou principalmente o comércio, onde muitos cafeicultores se tornaram empresários, industriais, ou profissionais ligados ao setor. Outros segmentos que também pegaram o mesmo trilha foram o de serviços, o da construção civil e o de transportes.

Muito do crescimento e do desenvolvimento de Vitória da Conquista tem estreita relação com a cafeicultura. Entre os empresários, comerciantes e profissionais liberais da região é comum encontrar os que conciliam suas atividades com o cultivo do café. Em conversa com o produtor Juraci Barbosa, que também é empresário, ele destacou: “O café faz parte da nossa história de vida. É uma tradição herdada da família, que sobrevive apesar das dificuldades que o setor enfrenta”.

Nos últimos anos, o setor cafeeiro da região atravessou momentos turbulentos. Foram diversas as dificuldades enfrentadas pelos produtores de modo que muitos se sentiram desestimulados em continuar com a produção. Isso refletiu na economia do município contribuindo para as alterações que ocorreram em sua base produtiva. Na principal delas o setor agropecuário, dominante até a década de 1980, foi superado pelo setor de serviços que evoluiu substancialmente. (DUTRA NETO, 2009).

Analisando os números do PIB entre os anos de 2003 e 2008, nota-se as discrepâncias na evolução dos diversos setores da economia de Vitória da Conquista. Os dados do IBGE (2010) indicam, no período, um crescimento de 215,6% do setor de serviços. Enquanto isso o setor agropecuário cresceu 75%. A indústria ficou com o percentual mais baixo, com apenas 52%. Já a arrecadação municipal elevou-se em 354%. (IBGE, 2010).

Essa conjuntura reflete o baixo desempenho do setor agropecuário, que tem o café como um dos principais expoentes. Neste sentido, o desempenho de toda a cadeia produtiva do café é posto em alerta. Fundamentalmente, é preciso conhecer a realidade da produção local identificando seus pontos fortes e fracos assim como os principais entraves ao

desenvolvimento da cafeicultura na região. Isto, obviamente, requer estudos mais aprofundados e mais específicos.

O presente estudo não tem pretensão de abarcar toda essa realidade, nem seria prudente. Até porque a região mostra-se bastante heterogênea em diversos aspectos. Entretanto, segue o propósito de cumprir uma etapa importante: identificar e discutir as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores durante o processo de produção.

4.2 A PRODUÇÃO DE CAFÉ NA REGIÃO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

No plano econômico, a cafeicultura teve participação importante no processo histórico de desenvolvimento dos municípios que compõem a região de Vitória da Conquista. A própria história econômica desses municípios, nos últimos 40 anos, se confunde com a história escrita pelo café no mesmo período. A produção cafeeira abriu novas perspectivas de trabalho e tornou a região atraente às empresas do setor que atuam no mercado do produto.

Mas, os efeitos econômicos da produção cafeeira na região não se esgotam nesse circuito. Essa movimentação tem sua importância ampliada quando se leva em conta seu efeito multiplicador. Primeiramente, é necessário observar a grande interação que há entre os diversos setores que se influenciam mutuamente, desencadeando um processo sistêmico que remonta aos pressupostos fisiocratas. A renda gerada pelo café alimenta o consumo, que sustenta o comércio, que estimula investimentos, que por sua vez demanda os serviços, e assim por diante. O município de Vitória da Conquista é um bom exemplo dessa dinâmica.

Todavia é preciso compreender que embora essa dinâmica possa (teoricamente) funcionar do mesmo modo se se colocar outro setor no centro deste sistema, na prática os efeitos não são os mesmos. Neste sentido, o café é visto como um dos propulsores da economia regional, pois, potencializa o fluxo de circulação interna de moeda. Logicamente que para realçar esta proposição seria necessário analisar o fluxo monetário do município. Como isto não está no enfoque principal, restringe-se aqui a expor a idéia que fundamenta tal proposição.

A cidade tem sofrido uma verdadeira “invasão” por parte das grandes empresas (ou grupos) que dominam o mercado em diversos segmentos. É o caso das grandes redes de supermercado e de varejo como eletrodomésticos, confecções e de departamentos. Em sua grande maioria são empreendimentos com sede em outros estados e até em outros países, assim como as empresas que comercializam café também são.

Ocorre, entretanto, que as atividades das empresas que atuam no ramo de varejo tendem a refletir num fluxo de saída de moeda do município bem maior do que o de entrada, uma vez que o produto financeiro dessas atividades tende a migrar para suas respectivas sedes. Assim, supõe-se que (basicamente) o que fica no município são os salários pagos aos funcionários, que embora tenha reflexo positivo no número de empregos gerados não se traduz em crescimento significativo.

Já com as empresas do ramo de exportação de café o fluxo monetário tende a ser inverso, ou seja, estas empresas compram o café nessa região sendo que para isso o dinheiro vem de suas sedes, instaladas em outras regiões ou estados. Assim, o fluxo de entrada de moeda na economia da região potencializa o efeito multiplicador aumentando a circulação interna. Nessa perspectiva, pressupõe-se que a quantidade de moeda que é injetada na economia da região, via comércio de café, tende a ser mais benéfica ao crescimento econômico do município do que a vinda de grandes empresas de varejo, que drenam a renda local.

Atualmente, várias empresas operam no mercado regional de café, todas sediadas no município de Vitória da Conquista. Dentre as principais estão: Unicafé, EISA, Stockler, Outspan, Brandão Filhos, Maratá, Sara Lee, Café Bahia, Três Corações, Coimex, Volcafé e Café Barra. Destas, sete são exportadoras, duas são torrefadoras e três atuam em ambos os segmentos. Juntas estas empresas comercializaram em 2011 cerca de 500 mil sacas de café no mercado local, movimentando algo em torno de 200 milhões de reais. Os dados resultam de um levantamento feito junto a empresas do setor.

Esta dinâmica sugere que os desdobramentos da economia cafeeira são de grande relevância para o município de Vitória da Conquista e região. Os efeitos gerados pela comercialização do café tendem a se propagar nos diversos setores da economia local, impulsionando o comércio, a indústria, a construção civil, o setor de serviços e diversas outras atividades. Ademais, estes reflexos tendem a se propagar também pelos municípios que estão no entorno regional.

Diante disso, pressupõe-se que estudar a dinâmica econômica de uma região como a de Vitória da Conquista requer um olhar atento, que possa ir além da simples quantificação de sua capacidade produtiva. É preciso levar em conta os desdobramentos econômicos, sociais, ambientais e políticos dessa dinâmica. Embora seja inegável a pertinência desse tipo de discussão no âmbito da análise econômica, torna-se prudente respeitar os limites de investigação delimitados neste trabalho. Assim, reconhece-se que esta simples abordagem não exprime a dimensão que o tema propõe, tampouco o encerra.

4.2.1 Dificuldades enfrentadas na produção

A compreensão acerca da realidade sobre a produção de café da região de Vitória da Conquista parte de um pressuposto relativamente simples: a cafeicultura tem uma relação bastante direta e estreita com a história e o desenvolvimento desta região. Hoje, mesmo com o crescimento de outros setores na economia local, o café ainda tem um papel importante no cenário econômico regional, embora relativamente esta participação tenha se reduzido. Mas, a despeito dessa nova realidade, a cafeicultura tem enfrentado dificuldades nos últimos anos, de modo particular, durante o processo de produção.

Partindo deste princípio e considerando a evolução da produção ao longo das últimas quatro décadas é quase inevitável a comparação entre o modo como evolui a produção local e a de outras regiões produtoras do estado, como o Oeste baiano, a Chapada Diamantina e a região Sul/Extremo Sul. No período mencionado, sabe-se que algumas dessas regiões apresentaram uma evolução positiva tanto em termos quantitativos quanto qualitativos enquanto que no plano local a evolução do setor não atingiu níveis mais significativos.

Conforme abordado no capítulo 3, cada região produtora de café da Bahia tem características próprias, assim como problemas e dificuldades específicas. Entendendo que o modo como cada região lida com as dificuldades possa ser um diferencial importante no que diz respeito ao desempenho produtivo de cada uma delas, torna-se pertinente discutir sobre o sistema de produção local adentrando em sua realidade. Nesse intuito, espera-se conhecer melhor a dinâmica da cafeicultura regional e, com isso, contribuir para o melhoramento e o desenvolvimento produtivo.

Esta concepção ensejou a realização de uma pesquisa junto aos produtores de café da região de Vitória da Conquista com o objetivo de traçar um perfil produtivo local evidenciando as dificuldades enfrentadas pelos produtores ao longo das etapas de produção. Nessa perspectiva, a pesquisa explora tanto os aspectos técnicos quanto os de ordem subjetiva, que se entrelaçam numa dinâmica que exprime a heterogeneidade que caracteriza a produção da região.

A realização deste trabalho implicou na utilização de procedimentos metodológicos condizentes com os preceitos científicos de pesquisa. Neste caso, uma metodologia foi previamente traçada estabelecendo um conjunto de ações sistematicamente estruturadas e que definiram os caminhos, métodos e técnicas que foram utilizados durante o processo de exploração do objeto pesquisado. A delimitação espacial da amostragem seguiu esta mesma

linha de planejamento. Contudo, o aspecto quantitativo da amostra não pode ser previamente definido, já que não seria possível prever o número de produtores que a pesquisa atingiria.

Do ponto de vista conceitual, em relação à pesquisa científica, a metodologia compreende um conjunto de métodos e procedimentos adotados na ação de exploração do objeto estudado (GIL, 1995). Diante da diversidade de métodos existentes coube, neste trabalho, encontrar o que melhor atendesse aos contornos delineados pela pesquisa. Assim, o método dedutivo foi tomado como referência para esta abordagem por sua adequação ao planejamento traçado. Com o mesmo critério, optou-se pelo estudo de múltiplos casos como método de procedimento.

Conforme estabelece o método dedutivo, a abordagem se dá no sentido do geral para o particular. Busca-se primeiramente contextualizar a cafeicultura num plano geral, desde sua origem e chegada ao Brasil, percorrendo sua trajetória histórica no território brasileiro, até chegar a uma região específica: a região de Vitória da Conquista. Neste sentido, as observações tomadas no plano geral servem de embasamento teórico às proposições formuladas no âmbito mais restrito.

Com relação ao método de procedimento, a opção justifica-se pela flexibilidade que este método permite. Assim, possibilita a adoção de critérios específicos de delineamento tanto com relação ao espaço social quanto à quantidade de informações necessárias ao estudo. Já o espaço de observação é a região de Vitória da Conquista, aqui delimitada com seis municípios: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Poções, Planalto, Encruzilhada e Ribeirão do Largo.

Ressalta-se que a escolha do estudo de múltiplos casos como método de procedimento sujeitou-se a uma análise das vantagens e desvantagens de sua utilização. Observa-se primeiramente como vantagem, a possibilidade de se chegar a novas descobertas, escapando do rigor metodológico. Além disso, possibilita enxergar múltiplas dimensões da dinâmica regional, permitindo compreender melhor sua realidade. Por fim, tem-se ainda a vantagem de os procedimentos de coleta e análise dos dados serem relativamente mais simples.

O que pode sugerir uma desvantagem na utilização deste método é a dificuldade de generalização dos resultados. Esta dificuldade é ampliada em função da dimensão da amostra tomada neste estudo. Como não se conseguiu alcançar um número maior de produtores pesquisados, os resultados podem não traduzir de modo fidedigno a realidade do universo pesquisado. Assim, buscou-se explorar de modo minucioso a realidade de cada produtor.

Em relação à técnica empregada para obtenção dos dados o recurso utilizado foi a aplicação de questionário. Embora este recurso não assegure a precisão das respostas

constitui-se num dos mais credenciados instrumentos quando se trata de coleta de informações. No caso particular deste trabalho, sua utilização foi crucial para obtenção dos resultados. A principal limitação neste caso, ficou por conta da margem de abstenção ou do desinteresse por parte de alguns produtores em responder. Pode-se perceber também certa dose de receio entre os produtores da região, quando se trata de prestar informações particulares.

Para a pesquisa os produtores foram escolhidos aleatoriamente entre os municípios da região. Dos vinte e dois questionários entregues, apenas doze foram devolvidos devidamente respondidos. Os demais não foram respondidos sendo que nenhum dos produtores apresentou justificativa para isso. A aplicação destes questionários se deu no período entre os meses de fevereiro e julho de 2011. A amostra, apesar de reduzida em relação ao universo, permitiu uma análise consistente, embora não se possa defender a precisão das informações levantadas.

Quanto à estrutura dos questionários, foram vinte e duas questões sendo dezoito fechadas, duas duplas e duas abertas. Com isso, buscou-se estabelecer um alinhamento entre o objetivo perseguido e as questões nele postas. O trabalho foi enriquecido, ainda, com dados estatísticos levantados junto a alguns órgãos oficiais (IBGE, SEAGRI, SEI, CONAB, MAPA), com visitas a algumas fazendas da região e através de conversas com diversos profissionais ligados ao setor (agrônomos, corretores, agentes de empresas exportadoras, o presidente da COOPMAC, comerciantes, dentre outros).

As informações coletadas permitem, em princípio, caracterizar o perfil produtivo da região levantando algumas informações que tem maior relevância para esta análise. Embora os dados possam não refletir a totalidade dos produtores, pode servir de diagnóstico dos principais problemas que afetam os produtores da região. Assim, o levantamento feito através dos questionários explora os aspectos principais no que diz respeito à caracterização produtiva dos produtores e também da região. Neste caso, o primeiro aspecto tomado é o tempo de produção.

Tabela 10 - Tempo de produção dos produtores de café da região.

TEMPO DE PRODUÇÃO	(%)
Menos de 10 anos	20
Entre 10 e 20 anos	20
Acima de 20 anos	60

Os dados da tabela 10 revelam que a maior parcela (60%) dos produtores estão na atividade a mais de 20 anos. Isso reforça a ideia de que a cultura do café, na maioria das propriedades, vem preservando a tradição familiar, onde sua condução se reveza entre as gerações. Entre os que produzem há menos de 10 anos, estão os produtores mais jovens ou que adquiriram áreas onde já havia café plantado. Nestes casos, é comum se manter o cultivo.

Com relação ao tamanho das propriedades, não há uma classificação oficial que determine o enquadramento de cada produtor pelo tamanho da área de produção. Deste modo, o critério que fundamenta a classificação mostrada na tabela a seguir, serve de parâmetro apenas para efeito da análise de que trata este trabalho.

Tabela 11 - Classificação dos produtores de café da região pela área plantada (ha).

Área plantada (em hectares)	(%)	Classificação
Até 10	19,0	Micro
Entre 10 e 50	51,0	Pequeno
Entre 50 e 100	22,0	Médio
Acima de 100	8,0	Grande

Os dados da tabela 11 mostram que a pequena e a micro propriedade, juntas, predominam na amostra pesquisada, representando 70% destas. Já a produção de grande porte representa, na mesma amostra, apenas 8% do total. Os 22% restantes são de produtores de médio porte, com área de plantio entre 50 e 100 hectares. Os dados indicam ainda que a pequena produção representa metade da área plantada, dentro da amostra pesquisada. Entre os 19% considerados micro produtores, estão aqueles que praticam o cultivo de forma ocasional, ou seja, não dependem da renda da produção para sobreviver.

Um aspecto que se pode notar aqui é que a região reproduz uma característica observada em nível estadual: o predomínio da pequena propriedade. Tomando como referência a quantidade de covas plantadas, o levantamento reforça essa tendência.

Tabela 12 – Quantidade de covas plantadas por produtor

COVAS PLANTADAS (em mil)	(%)
Até 10	16 %
Entre 10 e 50	49 %
Entre 50 e 100	19%
Entre 100 e 500	12 %
Acima de 500	4 %

A tabela 12 mostra que cerca de metade dos produtores pesquisados possuem entre 10 e 50 mil covas (pés de café plantados). Em contraste, as grandes plantações, com mais de 500 mil pés plantados não ultrapassam 4%. Já as propriedades que possuem entre 10 e 50 mil pés, por sua vez, representam metade dos produtores pesquisados. A segunda maior parcela, nesse caso, cabe aos que possuem entre 50 e 100 mil covas, com 19% da amostra.

Estes dados permitem inferir que a produção em escala empresarial é pouco comum na região. De maneira geral, muitos dos produtores têm a cafeicultura como uma atividade paralela, conjugada com outra atividade econômica. Nesses casos a cafeicultura figura como uma atividade alternativa, de segundo plano, não se constituindo no foco principal dos investimentos.

Em relação à empregabilidade, os dados amostrais sinalizam uma característica que é observada na cafeicultura de maneira geral: a sazonalidade. É comum, durante o processo de produção, a utilização de contingentes diferenciados de trabalhadores em fases distintas do processo produtivo. Usualmente, o período de colheita é o que demanda mais mão-de-obra. Nesse caso, recorre-se à contratação temporária de trabalhadores. Já nas demais fases da produção mantém-se um número reduzido de pessoas, em regime permanente.

A tabela a seguir expõe os níveis de utilização de mão-de-obra fixa e variável nas propriedades da região.

Tabela 13 – Utilização de mão-de-obra por classe de produtor/quantidade de trabalhadores.

Classe de produtor	Tipo de mão-de-obra	Até 10	Entre 10 e 20	Entre 20 e 50	Acima de 50
Pequeno	Fixa	100%	-	-	-
	Variável	100%			
Médio	Fixa	100%			
	Variável	10%	10%	80%	-
Grande	Fixa	-	50%	50%	-
	Variável	-	50%	50%	-

Conforme se observa através dos dados da amostra, o maior contingente de trabalhadores é recrutado pelos grandes produtores. 50% destes têm entre 20 e 50 trabalhadores fixos na propriedade enquanto que os outros 50% contratam os temporários na mesma proporção. Já entre os pequenos e médios os dados mostram que, em relação à mão-de-obra fixa, ambos mantêm-se num mesmo patamar, com menos de dez trabalhadores. Entretanto, os médios produtores recrutam um número maior de trabalhadores temporários.

Pode-se perceber, a partir dos dados da tabela 13, que os produtores de porte médio utilizam a mão-de-obra variável em proporção maior do que os grandes produtores. Uma das possibilidades, neste caso, seria o fato de que estes últimos, por utilizarem mais recursos tecnológicos no processo produtivo (especialmente na fase de colheita), necessitam de contingentes menores. Neste sentido, o maior uso de máquinas colheitadeiras pelos grandes produtores, por exemplo, corrobora com esta ideia.

O nível de utilização de recursos tecnológicos no processo de produção é outro aspecto importante dentro desse propósito de caracterizar o produtor da região. O uso destes recursos em maior ou menor escala permite avaliar a visão do produtor em relação às novas tecnologias. Assim, a tabela 14 exhibe alguns dos recursos tecnológicos mais comumente utilizados, dimensionando seu uso/aplicação entre os produtores da região.

Tabela 14 – Uso dos recursos tecnológicos por classe de produtor.

RECURSO	pequenos	médios	grandes
Energia alternativa (eólica, solar, etc.).	0	10%	30%
Sistemas de comunicação (telefonia, internet, rádio, etc.).	30%	70%	100%
Medidores (umidade, temperatura, vento, chuva, etc.).	10%	60%	90%
Gestão profissional (inclusive consultoria ou assessoria)	0	10%	30%
Controle de produção (informatização e uso de softwares)	0	5%	20%
Sistemas de irrigação	0	10%	20%
Manejo de solo	0	40%	90%
Pesquisas/experiências com sementes e suas variedades	0	5%	10%
Ferramentas e instrumentos elétricos	50%	80%	100%
Máquinas (colheitadeiras, secadores, despoldadores)	0	30%	80%

Pelos dados coletados na amostra, percebe-se que o uso de recursos como sistemas de comunicação e ferramentas/instrumentos elétricos apresentam-se em um nível considerado bom, sendo utilizados por 100% dos produtores classificados como grandes. Neste caso, mesmo entre os médios e pequenos estes recursos estão em bom nível de utilização. O uso desses recursos em maior escala se deve principalmente às facilidades para aquisição. Com preços mais acessíveis e ampla oferta desses produtos/serviços, fica mais fácil adquiri-los.

Já com relação ao uso de irrigação, por exemplo, observa-se um percentual de uso relativamente baixo. Entre os produtores considerados grandes o uso não ultrapassa os 20%. Entre os de médio porte este percentual é ainda menor, 10%. Já a maioria, micros e pequenos,

não dispõem deste recurso. Entre as dificuldades apontadas para uso/implantação a que mais pesa é o custo.

Outro recurso que também se mostra pouco utilizado é a gestão profissional. Na amostra, entre os grandes produtores, onde teoricamente seu uso seria mais comum, apenas 30% utilizam. Do mesmo modo, o uso de softwares e sistemas para controle da produção também é pouco freqüente. Entre os grandes produtores apenas 20% utilizam alguma ferramenta de gestão (planilhas, controles, anotações, etc.). Entre os de médio porte, o uso não passa de 5%. Já os pequenos e micros sequer utilizam.

As pesquisas com sementes e variedades também aparecem com pouco uso. Na amostra não se registrou o uso destes recursos entre os pequenos. Entre os médios o percentual foi de apenas 5% e entre os grandes apenas 10%. O uso de máquinas de grande porte como colheitadeiras, despoldadores e secadores, se restringe entre os médios e grandes produtores pesquisados. Entre os médios é de 30% enquanto que entre os grandes chega aos 70%. Entre os pequenos, porém, não há registro de uso.

O que fica evidente através da amostra pesquisada é que, de maneira geral, o uso de recursos tecnológicos no processo produtivo ainda é incipiente na região. Entre os pequenos produtores a utilização de tais recursos é pouco comum. Os de médio porte apresentam um uso desigual sendo que alguns recursos estão em bom nível de utilização enquanto outros são fracamente utilizados. Na mesma condição estão os produtores de grande porte, mas com percentuais mais elevados em relação aos produtores médios. Assim, nota-se que não há um padrão tecnológico definido, mas, apenas o uso em maior ou menor grau de determinados recursos.

Sobre o que dificulta o uso de tais recursos, entre os produtores pesquisados as opiniões são divergentes. Alguns acusam limitações impostas pela topografia da região, outros o custo elevado de alguns equipamentos como colheitadeiras, despoldadores, secadores, etc. Há também os que apontam dificuldades relativas à operação de certos equipamentos ou quanto às condições para adquiri-los (preços, prazos, etc.). A despeito de tudo isso, é evidente a ausência de noção econômica da produção entre os produtores pesquisados.

É importante salientar que esta caracterização se faz necessária porque, além de permitir conhecer melhor a realidade da região, permite também correlacionar os diferentes perfis de produtor aos fatores limitantes à produção. Nessa perspectiva, as dificuldades enfrentadas pelos produtores durante o processo produtivo, apresentam-se sob formas e dimensões diversas. Essa pluralidade de aspectos permite classificar essas dificuldades sob três dimensões distintas, conforme anotadas no quadro 3.

Quadro 3 – Classificação multidimensional das dificuldades enfrentadas pelos produtores

Dimensão	Aspectos relacionados
Natural	Clima, relevo, disponibilidade de recursos naturais, incidência de doenças ou pragas.
Material	Questões financeiras (crédito, custeio, etc.), mão-de-obra, infraestrutura, uso de tecnologias, assessoria.
Cultural	Visão do produtor, modo de condução da produção, grau de conhecimento.

Na dimensão natural estão aspectos que independem da ação humana, como o clima, o relevo, os recursos naturais e a incidência de pragas e doenças. As dificuldades, neste caso, são bastante específicas pois são relativas às características de cada região. Do mesmo modo, as soluções para tais problemas devem contemplar essas especificidades locais. No plano material estão as questões de ordem financeira, como: o crédito rural, os custos com mão-de-obra e serviços, a infraestrutura, a mecanização, o uso de tecnologias e assessoria especializada. Na dimensão cultural estão os aspectos pessoais de cada produtor: a visão, o conhecimento e a capacidade de gestão, aplicados na condução da propriedade.

A respeito deste aspecto, convém salientar que o conceito de cultura é bastante amplo, podendo ser tomado sob várias acepções. Em uma das mais clássicas, Tylor, (1871) de modo genérico, define como “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Em Roma, na língua latina, seu antepassado etimológico tinha o sentido de “agricultura” (significado que a palavra mantém ainda hoje em determinados contextos). Da acepção de Edward B. Tylor pode-se tomar alguns aspectos que se enquadram nessa discussão, em especial o conhecimento, os costumes e aptidões. Mas é o contexto Romano que melhor se aplica.

É importante frisar que este “agrupamento” permite clarear a noção de que as dificuldades, além de assumirem aspectos multidimensionais, podem incidir de forma concomitante nas diversas etapas do processo produtivo. Assim, um produtor pode enfrentar dificuldades ligadas aos aspectos: natural (como estiagem), material (escassez de mão de obra e ausência de crédito) e cultural (visão primitiva). Tudo isso ao mesmo tempo. E ainda pecar pela falta de iniciativa para buscar soluções.

Neste sentido, a pesquisa se encarrega de explorar os aspectos ligados a essas dimensões observando o modo como os próprios produtores, a partir de suas realidades, identificam, dimensionam e enfrentam as dificuldades inerentes ao processo produtivo. O quadro 4 ilustra o resultado obtido ao se questionar os produtores da região com relação às

principais dificuldades enfrentadas ao longo do processo de produção, segundo a ordem de importância.

Quadro 4 – Classificação das principais dificuldades enfrentadas segundo o porte dos produtores.

Micros/Pequenos (até 50 ha)		Médios (entre 50 e 100 ha)		Grandes (acima de 100 ha)	
1º	Mão de obra	1º	Mão de obra	1º	Mão de obra
2º	Estiagem	2º	Custo dos insumos	2º	Preços no mercado
3º	Custo dos insumos	3º	Estiagem	3º	Custos dos insumos
4º	Aquisição de crédito	4º	Aquisição de crédito	4º	Estiagem
5º	Preços no mercado	5º	Preços no mercado	5º	Aquisição de crédito

O primeiro aspecto observável é que os produtores pesquisados, embora estejam numa mesma região, expressam visões distintas em relação aos problemas enfrentados. Esta distinção está relacionada com o porte dos produtores, com a realidade em que vivem e, sobretudo com o aspecto cultural. Os de pequeno porte, que representam 70% da amostra, são notadamente limitados pela cultura conservadora, pautada na visão do cultivo tradicional familiar.

Outro aspecto também evidenciado é que os problemas/dificuldades são classificados de formas diferentes, segundo cada grupo de produtores. Entre as principais dificuldades apontadas na pesquisa, o único ponto em comum entre os pequenos, médios e grandes produtores é com relação à mão-de-obra. Como na região, de modo geral, o nível de mecanização ainda é relativamente baixo, a maioria das etapas de produção envolve trabalho braçal. Neste caso, o problema afeta igualmente todos os produtores, sendo apontado unanimemente pelos participantes da pesquisa como a principal dificuldade enfrentada durante o processo de produção.

De modo geral, as dificuldades com mão-de-obra estão diretamente relacionadas ao problema da sua escassez. Segundo as opiniões de alguns produtores, as razões possíveis dessa escassez podem estar associadas a três aspectos principais. Primeiro, nota-se que a busca pela educação no meio urbano, hoje mais acessível (e em alguns casos, facilitada pelo transporte gratuito oferecido pelas prefeituras), tem afugentado as novas gerações do trabalho no campo. Isso porque, na medida em que estão mais “instruídos”, esses jovens tendem a migrar para o meio urbano em busca de novas perspectivas de trabalho.

Segundo, em função da intensificação da fiscalização por parte do ministério do trabalho nas fazendas de café. Neste sentido, tanto o trabalho informal quanto o trabalho em família, onde jovens e adolescentes auxiliavam (ou simplesmente acompanhavam) os pais no

trabalho de colheita, foram coibidos. Com isso muitas mulheres se viram obrigadas a ficar em casa cuidando dos filhos menores, já que não mais poderia levá-los consigo para o campo. Isso refletiu na oferta de mão de obra uma vez que as mulheres representam uma parcela significativa nessa atividade.

O terceiro motivo é o desestímulo decorrente do incremento dado na renda dos camponeses por ocasião dos programas sociais do governo, especialmente o Bolsa Família. Com uma renda garantida, ainda que pequena, o trabalho árduo nas fazendas de café, principalmente no período de colheita quando o inverno é rigoroso, torna-se menos atraente. Além de tudo isso, conforme relata o produtor Uilson Jardim, de Vitória da Conquista, “os encargos incidentes sobre o trabalho formal encarecem o custo de contratação de pessoal”.

Em relação aos custos com mão de obra, a maioria dos produtores pesquisados aponta a colheita como a etapa que mais demanda gastos. Segundo Bliska (2009), dentre as regiões produtoras da Bahia, a região de Vitória da Conquista é a que registra o maior percentual de gasto com colheita em relação ao custo total de produção. Isso porque esta etapa é a que demanda maior contingente de trabalhadores, já que o processo é predominantemente braçal na região. Contrariamente, em outras regiões este percentual é menor em função do uso mais intensivo de mecanização. Os dados expressos no quadro 5 ratificam esta proposição.

Quadro 5 – Gastos com colheita em relação ao custo total de produção, por região.

REGIÃO	GASTO COM COLHEITA (%)
Vitoria da Conquista	22%
Barreiras	12%
Sul/Extremo Sul	19%

Fonte: Bliska (2009).

Conforme se observa, a região de Barreiras destaca-se com o menor percentual de gasto com colheita dentre as regiões produtoras do estado, apenas 12%. A região Sul/Extremo Sul vem em segundo lugar com 19% do gasto total da produção. Já a região de Vitória da Conquista registra o maior percentual, 22%. O levantamento não contempla a região da Chapada Diamantina. Um fator preponderante nesse caso é o uso de tecnologia. O trabalho intensivo em mecanização além de otimizar as tarefas, reduz os custos operacionais do serviço. Por outro lado, o trabalho braçal além de elevar os custos demanda mais tempo.

Outro fator que também é evidenciado e que expressa um peso significativo no contexto das dificuldades enfrentadas é com relação ao custo dos insumos⁴. Nos últimos anos,

⁴ Nesse caso, exclui-se a mão-de-obra, que é tomada separadamente na análise.

o problema vem tendo espaço garantido na pauta de discussões do setor. Entre os produtores locais o problema é quase uma unanimidade. Para os de médio porte o problema aparece em segundo lugar, ficando em terceiro para os pequenos e para os grandes. Para a maioria dos produtores da região, um dos grandes problemas relacionados aos insumos e que limita o uso na produção é a questão dos preços.

Entre os itens mais utilizados deste grupo e que mais oneram o processo produtivo, estão: adubos, fertilizantes, herbicidas, equipamentos, ferramentas, tratores e seus componentes, energia, combustíveis e outros. Conforme relatam alguns produtores, os preços destes itens se elevam de forma constante. Na contrapartida, os preços do café oscilam no mercado gerando insegurança. Em muitos casos, os produtores acabam omitindo o uso/aplicação de alguns desses insumos, sobretudo os químicos, alegando medo de não obter retorno.

Entretanto, o não uso (ou uso incipiente) de alguns insumos básicos (calcário, adubo, herbicidas, etc.) está relacionado, em primeiro plano, com a falta de recursos financeiros de alguns produtores, mais especificamente os de menor porte. Segundo, a pequena produção não costuma seguir os mesmos critérios de cultivo dos produtores de maior porte. O pequeno produtor Zenilton Santos, da região de Barra do Choça, ressalta (em conversa) que “nem sempre é possível investir muito em insumos, pois os produtos são caros e o retorno é incerto”. Neste caso, esta insegurança acaba limitando as ações do produtor.

Outra dificuldade revelada pela pesquisa e que expressa uma das grandes inquietações do setor é a questão dos preços do café no mercado. Por ser um produto cujo custo de produção é relativamente alto, devido à exigência de manejo apropriado e cuidados bastante criteriosos, a questão dos preços é fundamental. No entanto, conseguir preços “justos” que compensem os investimentos produtivos e ofereçam retorno satisfatório nem sempre é possível. Daí uma das grandes reclamações dos produtores.

Como o café adquiriu status de *commoditie* agrícola, os preços do produto no mercado interno são diretamente influenciados pela conjuntura do mercado externo. Se por um lado a demanda internacional é menos suscetível a oscilações muito bruscas, do lado da oferta não há garantia de estabilidade. Isso porque fatores climáticos, como a ocorrência de geadas e secas em países de grande produção, como o Brasil, por exemplo, podem comprometer a oferta mundial do produto, elevando as cotações no mercado. Do mesmo modo, um aumento na produção mundial poderia resultar em queda dos preços mundiais.

Cabe salientar também que a bienalidade da produção, característica do cultivo do café, também reforça o grau de incerteza dos produtores com relação aos preços futuros. Esta

incerteza influencia muitos produtores em suas decisões de investimento na produção, sobretudo os de menor porte. Muitos acabam recuando na hora de decidir pelo investimento na melhoria da estrutura produtiva ante a possibilidade de colher safras menores ou de queda nos preços do produto. Alguns até, desestimulados pelas eventuais perdas, acabam abandonando a lavoura, migrando para outras culturas ou vendendo suas propriedades para explorar outras atividades.

Além de todos os aspectos já citados, a instabilidade dos preços do café no mercado põe em risco também o planejamento orçamentário da produção. A ausência de prognósticos confiáveis com relação ao comportamento ou à tendência dos preços no futuro, dificulta sobremaneira o estabelecimento de projeções financeiras, tanto para os custos produtivos quanto para a renda que se pode obter a partir da venda do produto. Do mesmo modo, dificulta o equacionamento da relação entre obtenção de crédito no presente e capacidade de pagamento no futuro.

Tabela 15 – Evolução do preço do café no mercado comparado com alguns insumos.

	1994	2006	2008	2010	Var (%)
Café	140,00	210,00	245,00	500,00	242,8%
Salário mínimo	56,00	350,00	415,00	545,00	873,2%
Óleo diesel	0,32	1,85	1,96	1,96	512,5%
kWh energia	0,06	0,32	0,34	0,35	483,3%
Adubo 20-5-20	180,00	650,00	1.200,00	1.300,00	622,2%
calcário	6,00	6,00	34,00	80,00	1.233,3%
Trator cafeeiro	18.000,00	62.000,00	75.000,00	80.000,00	344,4%

Fonte: elaboração do autor

Os dados da tabela 15 exibem a evolução dos preços do café permitindo a comparação com alguns insumos básicos utilizados na produção. Observa-se que a variação dos preços da café no período está bem abaixo da variação dos insumos tomados nessa análise. O preço do calcário e do adubo são os itens que apresentam a maior variação no período. O calcário saltou de R\$6,00/tonelada em 1994 para R\$80,00/tonelada em 2010. O item que apresenta menor variação entre os insumos é o trator, que no período aumentou 344,4%.

Conforme se observa, a equação entre custos de produção e preços de venda compensadores para o café torna-se cada vez mais difícil de ser resolvida. Isso reflete uma das grandes dificuldades do setor. Para a maioria dos produtores da região continuar produzindo tem se tornado cada vez mais difícil. Com os custos em constante elevação e sem a contrapartida da melhora nos preços do café, alguns acabaram deixando a atividade.

Outro fator que também aparece entre as principais dificuldades é a questão do crédito bancário. Para grande parte dos produtores este é um recurso crucial para fomentar o desenvolvimento do setor agrícola. Uma idéia sobre o uso deste recurso entre os produtores de café da região é dada pela tabela 16.

Tabela 16 – Utilização de financiamentos por etapa da produção e porte de produtor

ETAPAS	Pequeno	Médio	Grande
Preparo de solo	0	30%	20%
Aquisição/produção de mudas	0	0	0
Plantio	0	0	20%
Manejo/manutenção	10%	20%	0
Compra de insumos	10%	30%	40%
Colheita	10%	30%	50%
Secagem	0	10%	10%
Beneficiamento	0	10%	10%
Outros	0		10%
Não recorre a financiamentos	60%	40%	30%

Os dados mostram que o maior nível de recorrência ao crédito é registrado pelos grandes produtores, onde 70% destes admitem utilizar. Entre os médios, 60% utilizam. Já entre os pequenos produtores o uso é menos comum, não ultrapassando 40%. Das diversas etapas do processo produtivo a colheita aparece como a que mais emprega recursos oriundos do crédito bancário.

Sobre as dificuldades para a aquisição de financiamentos junto ao sistema bancário, as mais comuns, na opinião dos produtores pesquisados, são: a burocracia, as taxas de juros cobradas, os prazos de carência e as exigências legais (como a elaboração de projetos, por exemplo). Além de todos estes motivos, muitos produtores ainda sofrem restrições por permanecerem presos a financiamentos anteriores (dívidas não salgadas), o que os impedem de contrair novos empréstimos. Há também os que preferem utilizar recursos próprios ao invés de recorrer aos financiamentos.

Estas dificuldades, no entanto, não se constituem num problema novo para a cafeicultura local, sendo algo intrínseco ao processo histórico de evolução da cafeicultura regional. Neste sentido, os últimos anos da década de 1980 e início dos anos 1990 marcaram um período turbulento para o setor. Muitos produtores que haviam tomado empréstimo nos

bancos não conseguiram saldar suas dívidas. Foram vários os motivos que levaram a essa situação. O principal deles foi a queda vertiginosa dos preços do café no mercado externo. Além disso, o acesso relativamente fácil ao crédito, a falta de critérios para concessão e a quase ausência de fiscalização no uso dos recursos também contribuíram para o endividamento.

Um episódio que marcou esse período foi a “quebra” da Cooperativa de Crédito Rural de Conquista (CREDIC), um dos maiores credores do setor. Criada em julho de 1988 para fomentar a produção rural em Vitória da Conquista, a CREDIC, que contava com 182 associados, teve a falência decretada pelo Banco Central em dezembro de 1999 por insuficiência de caixa. De lá para cá, muita coisa mudou no setor de crédito rural. Apesar da disposição do governo em impulsionar o agronegócio através de novas linhas de financiamento, as novas regras de concessão não deixam de limitar o acesso.

A tabela 17 traz um comparativo da movimentação de recursos destinados à agricultura, via financiamentos, entre os anos de 2000 e 2010, para os municípios da região. Para efeito de comparação é informado também a movimentação do município de Barreiras. Assim, os dados permitem comparar o perfil deste município com os municípios da região com relação à aquisição de financiamentos, considerando a finalidade de aplicação.

Tabela 17 – Financiamentos para a agricultura (produtores e cooperativas), por finalidade.

* Valores em mil Reais	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	
MUNICÍPIO	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Vitória da Conquista	1.975	5.230	2.937	1.716	-	6.120
Barra do Choça	440	9.740	688	673	-	300
Encruzilhada	272	3.414	193	1.993	-	1.000
Ribeirão do Largo	74	473	127	215	-	-
Poções	225	829	295	176	-	-
Planalto	360	1.115	168	276	-	-
Barreiras	27.000	200.000	7.740	30.000	3.134	9.000

Fonte: BACEN/Anuário Estatístico do Crédito Rural (2011)

Os dados do BACEN (2011) permitem avaliar a evolução da utilização do crédito rural entre os anos de 2000 e 2010. Com relação à finalidade/aplicação dos recursos, o custeio concentra o maior volume, seguido pelo investimento. Já para a comercialização o volume movimentado é relativamente menor, embora seja perceptível o aumento no interesse para com esta finalidade nos últimos anos.

Em relação ao volume movimentado por município é possível notar a grande discrepância que há entre os municípios da região de Vitória da Conquista e o município de Barreiras, no Oeste baiano. Tal observação pressupõe uma visão diferenciada por parte dos produtores destas duas regiões. Enquanto na Região de Vitória da Conquista persiste o conservadorismo, em Barreiras o empreendedorismo firma-se como diferencial produtivo.

O fator climático também aparece entre as principais dificuldades citadas pelos produtores locais. Embora possa parecer contraditório, já que o clima da região teria sido um dos atrativos para a vinda do café para o planalto conquistense, este é um fator que atinge grande parte dos que atuam nessa atividade. Mesmo com toda evolução tecnológica e os modernos sistemas de irrigação existentes, a chuva ainda é um elemento imprescindível no processo de produção. Para muitos, os longos períodos de estiagem representam um suplício na hora de produzir.

O que a amostra pesquisada revela com relação ao problema da estiagem é que entre os pequenos produtores esta dificuldade se faz sentir com mais intensidade. A justificativa para isso é atribuída a dois aspectos principais: (a) a escassez de recursos hídricos e o fato de que (b) o uso de irrigação na produção é relativamente mais custoso para os pequenos produtores. Sem dispor dos recursos necessários para a implantação desses sistemas, a produção torna-se dependente dos períodos chuvosos. Além disso, ainda é preciso contar com as chuvas no período e na quantidade ideais, caso contrário, a lavoura pode ser prejudicada.

Já entre os médios e grandes produtores o problema é atenuado pelo uso dos sistemas de irrigação, mesmo sendo utilizado ainda em baixa escala. Neste caso, o uso deste recurso possibilita ao produtor suprir o déficit hídrico verificado nos períodos de baixo índice pluviométrico. Ocorre, entretanto, que o uso de tal recurso está condicionado à disponibilidade de fontes hídricas na propriedade, que permitam a execução de projetos dessa natureza.

Outro aspecto que se observa é que o problema da estiagem varia de intensidade conforme a região (ou zona de produção). Na faixa de território que engloba os municípios de Vitória da Conquista, Planalto e Poções, por exemplo, as estações chuvosas têm se apresentado de forma mais irregular, sobretudo nas últimas décadas. Nas demais zonas produtoras da região o fenômeno também se repete, embora de forma menos intensa. É importante notar ainda, que as alterações no clima da região também refletem as mudanças verificadas no clima do planeta nos últimos tempos.

Tecnicamente, o problema da estiagem só encontra solução a partir do uso de sistemas de irrigação. Entretanto, o uso destes sistemas na região de Vitória da Conquista

ainda é considerado baixo. De acordo com os dados levantados, apenas 20% dos produtores utilizam processo de irrigação em suas propriedades. O custo elevado para implantação aparece como principal empecilho.

Não obstante as dificuldades elencadas até aqui, categorizadas como principais, soma-se outras que embora sejam citadas com frequência menor, também compõem o cenário de limitações que afetam os produtores. É o caso da infraestrutura da região, onde a qualidade de muitas estradas ainda representa uma barreira a ser transposta. O transporte da produção fica prejudicado principalmente nos períodos chuvosos, quando o acesso às fazendas fica mais difícil para o transporte pesado.

Põe-se aqui, também, a dificuldade com relação à assessoria técnica especializada. Nos tempos atuais onde gestão, planejamento e inovação são palavras de ordem, qualquer que seja o processo de produção, independentemente do setor, requer acompanhamento técnico especializado. Na agricultura então, isso é quase uma regra. Entretanto, numa região onde cerca de dois terços dos produtores de café produzem nos moldes da agricultura familiar, não é difícil crer que isso represente uma dificuldade.

Tal experiência advém do fato de que, conforme revela a pesquisa, entre os pequenos produtores a recorrência a este tipo de assessoria é praticamente nula. Contratar um agrônomo, um técnico agrícola ou outro profissional qualificado que possa dar suporte especializado em muitos casos esbarra na idéia de que este é um serviço caro. Um dos temores, ao que parece, é o de que os preços obtidos com a venda do produto não sejam capazes de compensar os gastos com a contratação destes profissionais. Por outro lado, é perceptível o sentimento de auto-suficiência que envolve os produtores locais.

Estas observações permitem inferir que as dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores da região ao longo do processo produtivo compõem um leque de desafios que se lançam indistintamente sobre pequenos, médios e grandes produtores. Enfrentar essas dificuldades e sustentar-se na atividade parece ser um desafio óbvio. A questão é que “como fazer isso” ainda parece figurar como mais uma dificuldade que se soma às já existentes. A falta de iniciativas, ao que parece, ainda é um obstáculo a ser transposto.

Nesse cenário de desafios e limitações, uma das iniciativas mais difundidas nos últimos anos tem sido o cooperativismo. A experiência da busca por soluções coletivas para os problemas enfrentados em diversos setores tem apresentado resultados positivos, sobretudo na agricultura. Apesar da dimensão cooperativa já ter galgado amplos espaços e ajudado muitos produtores a se fortalecerem, no caso específico da região de Vitória da Conquista este tipo de iniciativa ainda se mostra incipiente. Os dados mostrados no quadro 6 retratam essa realidade.

Quadro 6 – Soluções coletivas para os problemas enfrentados, segundo os produtores.

Ações	Adoção pelos produtores locais
Compra de equipamentos em associação	10%
Aluguel/empréstimo/arrendamento de equipamento	20%
Associação em projetos coletivos	10%
Prefere solucionar sozinho	60%

Conforme se observa, entre os produtores pesquisados as ações individuais prevalecem em relação às ações coletivas. Os dados mostram que apenas 10% dos produtores admitem se associar na compra de equipamentos. 20% recorrem a aluguel ou empréstimo de equipamento e só 10% participam de projetos coletivos. O dado mais interessante é que 60% desses produtores revelam que preferem solucionar seus problemas sozinhos.

Os resultados sinalizam que, entre os produtores pesquisados, há uma relativa “indisposição” com relação à cooperação. O ato de filiar-se a uma cooperativa ou associação muitas vezes é visto (pelo produtor) como algo que implica em se obter algum tipo de vantagem (ou privilégio). A idéia acerca da ação propriamente coletiva ainda não se cristalizou. Assim, nota-se que o individualismo dá pouco espaço para as ações cooperadas e que a visão dos produtores acerca do cooperativismo ainda carece de amadurecimento.

Do ponto de vista conceitual o MAPA (2012) trata o cooperativismo como sendo a associação voluntária de pessoas em torno de um conjunto de ações coletivas integradas, com fim econômico. As cooperativas podem ser livremente constituídas e organizar-se em torno de atividades econômicas tendo acesso aos mercados. Suas ações têm por base os princípios e valores da solidariedade, ajuda mútua, honestidade, democracia e participação.

Nesta mesma linha, outro aspecto que sobressai é o relativo grau de “timidez” com que se encara a questão dos investimentos produtivos. Muitos produtores se sentem inseguros na hora de investir na produção devido à incerteza com relação ao retorno financeiro da produção. O temor em relação à frequência de chuvas ou aos preços futuros do café no mercado, são os principais fatores que retraem os investimentos. Mas a falta de planejamento também acentua essa incerteza.

Outro aspecto, que acentua esta fraca disposição para os investimentos é o comportamento consumista. Em contato com alguns produtores é possível observar, por exemplo, que muitos preferem direcionar parte da renda agrícola para a compra de veículos, imóveis, ou outros bens, ao invés de intensificarem os investimentos na produção. Esta

constatação está refletida no número limitado de equipamentos utilizados nas propriedades, como é o caso do trator.

De acordo com os dados do IBGE (2006), das 794 unidades produtoras de café na região, em apenas 310 havia tratores. Ou seja, apenas 39% das lavouras possuem este tipo de equipamento. Um percentual considerado baixo, segundo o agrônomo Alexandre Santos, que considera o trator uma ferramenta muito importante no processo de cultivo do café. Nesta linha, o produtor Ademir Lima, que produz na região de Barra do Choça, comenta que “tem produtor que prefere comprar carro de luxo, por causa do *status*, do que investir em um trator”.

O que estas observações deixam evidente é que a região de Vitoria da Conquista, hoje, destaca-se mais pelo seu potencial de consumo do que de produção. Na verdade esta característica não lhe imputa um selo de “atraso”, mas desafia os atores do cenário econômico local a buscar continuamente superar suas deficiências, limitações e necessidades, sejam elas de ordem natural, material ou mesmo cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perseguir o objetivo pretendido, de traçar um perfil produtivo da cafeicultura regional identificando as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores durante o processo de produção, a pesquisa permitiu ampliar de modo significativo o conhecimento acerca da realidade produtiva local. Neste sentido, a produção de café na região revela um cenário bastante heterogêneo, sob diversos aspectos. São produtores com perfis diferentes, produzindo de maneiras diferentes e em áreas com características diferentes como clima, relevo e recursos naturais.

Entre os produtores as principais diferenças são com relação ao porte, à forma de produzir e à visão com que cada um conduz sua produção. A pesquisa mostra que, dentro do universo pesquisado, uma minoria (menos de 10%) enquadra-se como grande produtor (com área plantada acima de 100 hectares) e que, mesmo estes, não estão isentos dos percalços da atividade. Entre os pequenos produtores, porém, as dificuldades são proporcionalmente maiores, dadas as limitações de ordem natural, material e, principalmente, cultural. Neste caso, destaca-se o elevado grau de resistência a novos conceitos, métodos e técnicas, no que concerne ao processo produtivo. Acrescenta-se ainda, o baixo nível de conhecimento observado nessa classe de produtores.

Com relação às dificuldades, nota-se que estas fazem parte da rotina de quem produz café na região. De acordo com o que foi levantado na pesquisa, para os produtores locais as principais dificuldades enfrentadas no processo de produção, são:

- a) Escassez de mão de obra;
- b) Custo elevado dos insumos;
- c) Estiagem;
- d) Preços do café no mercado;
- e) Acesso ao crédito.

O estudo mostra que as dificuldades citadas apresentam-se sob dimensões distintas para cada porte de produtor. O que surge como um aspecto peculiar nesse contexto é o modo como cada um as enfrenta. Nessa perspectiva, observou-se que o enfrentamento dessas dificuldades por parte dos produtores reflete, de maneira geral, uma conduta conservadora, apesar do avanço que se processa no meio agrícola nos tempos atuais. Esta constatação evidencia o que pode ser um dos traços marcantes do modelo de produção praticado na região: a cultura do produtor.

Observa-se ainda, que é relativamente baixa a recorrência a serviços especializados como consultoria ou assessoria técnica, que direcionem ações de planejamento e gestão. Grande parte dos produtores pesquisados demonstra pouca habilidade em relação ao tratamento econômico da produção. Do mesmo modo, a disposição com relação ao associativismo e o cooperativismo é um atributo raro, e a capacidade de mobilização ainda é incipiente. Tudo isso faz com que os problemas e dificuldades tomem dimensões acima de sua própria realidade.

Os resultados da pesquisa permitem perceber ainda, que a cafeicultura, apesar das dificuldades que enfrenta na região, continua sendo uma atividade de tradição e ainda exerce forte influência na economia local. Superar essas dificuldades parece ser o grande desafio de quem continua acreditando na força econômica do café. Porém, este não é um desafio individual e sim coletivo. Envolve todos os agentes da cadeia produtiva.

Infere-se, assim, que o melhoramento da cafeicultura regional depende de ações mais concisas e menos superficiais, mais específicas e menos generalistas por parte do poder público. Precisa respeitar e atender às demandas de cada zona de produção, observando suas peculiaridades, suas potencialidades e, principalmente, suas dificuldades. Do mesmo modo, a pequena produção precisa ser vista de modo diferenciado. É preciso compreender que, embora todos os produtores de café enfrentem dificuldades para produzir, os problemas não são iguais para todos nem têm a mesma dimensão.

Outro aspecto importante é a questão da difusão do conhecimento. Como a grande maioria dos que produzem café na região está enquadrada como pequeno produtor, torna-se premente trabalhar a capacitação, aprimorar o conhecimento e melhorar a visão produtiva. As discussões de interesse do setor precisam envolver pequenos, médios e grandes produtores. É preciso dissolver a imagem de que os eventos da cafeicultura (encontros, debates, fóruns, seminários, etc.) são restritos a grandes produtores.

A economia moderna ensina que crescer sozinho é mais difícil. É preciso crescer enquanto setor. Neste sentido, grandes, médios e pequenos produtores precisam interagir e buscar soluções conjuntas para os problemas comuns. A cooperação é um dos caminhos mais viáveis para a superação das dificuldades. Mas, para isso, o conceito de cooperativismo precisa ser melhor trabalhado. A cooperação pode viabilizar, dentre outras coisas, o acesso ao crédito, acesso a novas tecnologias, assessoria especializada e suporte técnico.

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do processo produtivo, há de se registrar um crescimento quantitativo do setor em termos relativos. No entanto, esta evolução não se processa de forma homogênea. Enquanto os pequenos e médios produtores ainda estão

presos a uma cultura conservadora em termos de condução da atividade, os grandes têm procurado assimilar os padrões difundidos pela agricultura moderna. Com isso, alguns já estão caminhando no sentido da mecanização, do emprego de tecnologias e da inovação. Isso amplia as disparidades e acentua a heterogeneidade da região.

Mas apesar de todas as dificuldades e contradições reveladas na pesquisa, a cafeicultura ainda se constitui numa das mais dinâmicas e importantes atividades para a economia de Vitória da Conquista e para os municípios que compõem a região produtora abrangida neste estudo. Assim, reconhecer essa importância implica não apenas em conhecer mais e melhor a dinamicidade que envolve essa atividade, mas, contribuir de algum modo para a construção de um arcabouço estatístico e teórico que possa abrir caminho para novos estudos. Foi nesta linha que este trabalho se desenvolveu.

Neste sentido, os recursos utilizados, como questionários, entrevistas, levantamento de dados e consultas, além de visitas a algumas fazendas e conversas informais, foram de suma importância para a construção dos resultados aqui expostos. Apesar das limitações que surgiram no decorrer da pesquisa, como (a) a literatura escassa sobre o tema no âmbito regional e (b) a escassez de dados estatísticos mais específicos sobre a cafeicultura local, espera-se que as informações aqui produzidas oportunizem aprimoramentos em estudos posteriores. Enfim, que este trabalho encontre sua importância nas contribuições que venha a dar a outros estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIC. Associação Brasileira da Indústria de Café. **Indicadores da indústria de café no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61>> Acessado em 21/05/2011.

AGROCAFÉ, 2011. **Café: a estrela guia do desenvolvimento sustentável**. Salvador, Bahia. 2011. Disponível em: <<http://www.agrocafe.com.br>> Acessado em 08/01/2012.

ALL MET SAT. Observações e previsões meteorológicas. Disponível em: <<http://pt.allmetsat.com/clima/brasil.php?code=83344>> Acessado em 20/01/12.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2011**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acessado em 12/05/2011.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BLISKA, Flávia Maria de Mello e VEGRO, Celso Luis Rodrigues. **Análise dos Custos de Produção de Café Arábica e Robusta no Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/radares-tecnicos/gerenciamento/analise-dos-custos-de-producao-de-cafe-arabica-e-robusta-no-estado-da-bahia-59283n.aspx>> Acessado em 12/02/11.

BLISKA, Flavia Maria de Mello. **Participação da cafeicultura do Estado da Bahia na geração de empregos na economia estadual**. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=27907>> Acessado em 29/12/2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Informe Estatístico do Café**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/vegetal/estatisticas>> Acessado em 14/12/2011.

COFFEEBREAK. Publicação *on line*. Disponível em: www.coffeebreak.com.br. Acessado em 28/04/2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries Históricas**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>> Acessado em 05/11/2010.

_____. **Indicadores da agropecuária.** Disponível em:
<<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=543&t=2>> acessado em 05/11/2010.

DELFIN NETTO, Antonio. **O problema do Café no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura / SUPLAN, 1979.

DUTRA NETO, Claudionor. **Desenvolvimento Regional e Agronegócio.** Vitória da Conquista, BA: Edição do autor, 2009.

_____. **Café e Desenvolvimento Sustentável. Perspectivas para o desenvolvimento sustentável do planalto de Vitória da Conquista.** Vitória da Conquista, BA: Edição do autor, 2004.

FERNANDES, Renato Hortélio. **Diagnóstico e Propostas para a Cadeia Produtiva do Café da Bahia.** Salvador: SEAGRI, 2011.

FORNAZIER, A. e OLIVEIRA FILHO, J. E. R. **Heterogeneidade estrutural no Setor agropecuário brasileiro: Evidências a partir do censo Agropecuário de 2006.** IPEA. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/TD_1708.pdf>

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Edição comemorativa / 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>> Acessado em 14/12/2010.

_____. **IBGE Cidades, 2009.** Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acessado em 14/12/2010.

_____. **IBGE Censo, 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>> Acessado em 14/12/2010.

KAGEYAMA, Ângela *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: DELGADO, Guilherme Costa *et al* (orgs.). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990.

MORGADO, Alice Ane Moreira. **A produção de Café no Brasil: uma visão da produção de arábica e robusta**. Artigo publicado em 14/12/08. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=41316&visao-producao-arabica-e-robusta-por-alice-ane-moreira-morgado.html>> Acessado em 04/09/11.

MOREIRA, Antonio Carlos. **História do café no Brasil**. São Paulo: Magma Cultural, 2007.
OLIVEIRA, José Valdo de. **Aspectos Econômicos e Sociais da Cultura do Café na Bahia**. Revista Princípios. Ed. 9, outubro de 1984, pág. 32-35.

REVISTA CAFEICULTURA, 2011. Publicação *on line*. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br>> Acessado em 15/09/11.

SAES, M.S.M.; NAKAZONE, D. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Cadeia: Café. Campinas: Unicamp-IE-NEIT/MDIC, 2002. disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/cadeiasprodutivas>>

SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Estatísticas da agricultura baiana**. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/estat_ba.asp> Acessado em 05/11/2010.

SEI. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **Anuário Estatístico da Bahia 2010**. Publicações da SEI. Salvador, BA. 2010.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia, 1998.

SOUZA, J. V. de. **Agribusiness do café na Bahia: sugestões de políticas para sua estruturação competitiva**. Cruz da Almas: UFBA/Escola de Agronomia, 1999.

TYLOR, Edward Burnett. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom* (Cultura Primitiva). *Encyclopædia Britannica* (XI edição) **Volume XXVII**. New York: 1871.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

PESQUISA SOBRE A CAFEICULTURA NA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA.

Responsável: *Ubiraci de Souza Santos (Graduando em Economia pela UESB)*

Esta pesquisa é parte integrante do trabalho monográfico realizado pelo responsável, em como requisito para conclusão do curso de ciências econômicas na entidade à qual integra. O objetivo do trabalho é discutir a realidade da cafeicultura regional identificando as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores durante o processo de produção. Assim, a aplicação deste questionário é imprescindível para a obtenção dos dados que vão subsidiar a análise.

QUESTIONÁRIO

01 – Tempo de produção:

() menos de 10 anos () entre 10 e 20 anos () acima de 20 anos ou desde: _____

02 – Área plantada (em hectares):

() até 10 () entre 10 e 50 () entre 50 e 100 () acima de 100

03 – Quantidade de covas plantada (em mil):

() até 10 () entre 10 e 50 () entre 50 e 100 () entre 100 e 500 () acima de 500

04 – Mão-de-obra fixa (funcionários):

() até 10 () entre 10 e 20 () entre 20 e 50 () acima de 50

05 – Mão-de-obra variável (média):

() até 10 () entre 10 e 20 () entre 20 e 50 () acima de 50

06 – Utiliza processo de irrigação:

() sim () não

07 – Utiliza algum recurso tecnológico na produção:

() sim () não

Caso positivo, marque os que são utilizados:

- | | |
|---------------------------|--|
| () energia alternativa | () sistemas de comunicação (telefonía, internet, rádio) |
| () manejo de solo | () pesquisas com sementes e variedades |
| () sistemas de irrigação | () medidores (umidade, temperatura, vento, chuva, etc.) |

15 – O que dificulta o uso de mecanização (máquinas/equipamentos) na sua produção:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> preços | <input type="checkbox"/> custo de manutenção |
| <input type="checkbox"/> relação custo/benefício | <input type="checkbox"/> dificuldade p/ operar |
| <input type="checkbox"/> condições de pagamento | <input type="checkbox"/> não considera necessário mecanizar |
| <input type="checkbox"/> opções de financiamento | <input type="checkbox"/> outros |

16 – Qual das etapas da produção tem custo mais elevado:

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> preparo de solo | <input type="checkbox"/> manejo/manutenção | <input type="checkbox"/> secagem |
| <input type="checkbox"/> aquisição/produção de mudas | <input type="checkbox"/> compra de insumos | <input type="checkbox"/> beneficiamento |
| <input type="checkbox"/> plantio | <input type="checkbox"/> colheita | <input type="checkbox"/> outros |

17 – Participa de alguma associação, cooperativa ou sindicato:

- sim não Qual?

18 – Participa de eventos (encontros, palestras, debates, seminários, etc.) cujo foco de discussão seja a cafeicultura:

- freqüentemente algumas vezes raramente não acha interessante

19 – Exerce alguma outra atividade profissional ou comercial, além do cultivo de café?

- sim não Qual?

20 – Como você avalia a atual fase da cafeicultura na região de Vitória da Conquista?

21 – O que você acha que pode ser feito para melhorar a produção na região? Como?

Nome do entrevistado: _____ (opcional)

Município da fazenda: _____

Município onde reside: _____